

ECONOMISTAS



Um novo sentido para a formação do economista

Com diversas possibilidades de atuação, economistas e estudantes de ciências econômicas detêm competências plurais e um olhar mais questionador do mundo

EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-presidente: Paulo Dantas da Costa

Conselheiros efetivos

Antonio Corrêa de Lacerda

Paulo Dantas da Costa

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Carlos Alberto Safatle

Clovis Benoni Meurer

Eduardo Rodrigues da Silva

Fernando de Aquino Fonseca Neto

Heric Santos Hossoé

João Manoel Gonçalves

Barbosa

Lauro Chaves Neto

Maria Auxiliadora Sobral

Feitosa

Maria de Fátima Miranda

Maurílio Procópio Gomes

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Paulo Roberto Polli Lobo

Waldir Pereira Gomes

Wellington Leonardo da Silva

Teresinha de Jesus Ferreira

da Silva

Conselheiros suplentes

Aldenir Gomes de Paiva

Ana Cláudia de A. Arruda

Laprovitera

Carlos Eduardo Soares de

Oliveira Junior

Carlos Magno Andrioli Bittencourt

Cícero Ivo Moura Bezerra

Júnior

Eduardo Reis Araújo

Fabiola Andréa Leite de Paula

Gustavo Casseb Pessoti

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Marcelo Pereira Fernandes

Maria do Socorro Erculano de Lima

Noel Leite da Silva

Omar Corrêa Mourão Filho

Paulo Hermance Paiva

Paulo Roberto de Jesus

Rogério Vianna Tolfo

Róridan Penido Duarte

Sérgio da Rocha Bastos

Conselho Editorial

Waldir Pereira Gomes

(Coordenador)

Antonio Corrêa de Lacerda

Ana Cláudia de Albuquerque

Arruda Laprovitera

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Décio Garcia Munhoz

Eduardo Rodrigues da Silva

Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gilson de Lima Garófalo

Heric Santos Hossoé

José Luiz Pagnussat

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Lauro Chaves Neto

Luiz Carlos Delorme Prado

Maria Cristina de Araújo

Paulo Dantas da Costa

Roberto Bocaccio Piscitelli

Róridan Penido Duarte

Sidney Pascoutto da Rocha

Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação

Waldir Pereira Gomes

(Coordenador)

Heric Santos Hossoé (Vice-Coordenador)

Antonio Corrêa de Lacerda

Clovis Benoni Meurer

Denise Kassama Franco do Amaral

Gilson de Lima Garófalo

Lauro Chaves Neto

Maria de Fátima Miranda

Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Comunicação

Renata Reis – Coordenadora

Manoel Castanho – Jornalista

Raquel Passos – Assessora imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

**SIGA-NOS NAS
REDES SOCIAIS!**



@cofecon

SUMÁRIO

Editorial Antonio Corrêa de Lacerda	5	Celso Furtado e o método histórico-estrutural: ferramenta para compreender o Brasil contemporâneo Alexandre de Freitas Barbosa	36
Maria de Fátima Miranda: Questionadora e persistente Renata Reis	6	Amazônia, bioeconomia e a busca por soluções sustentáveis Marcus Eduardo Oliveira	41
Novos rumos para o ensino de Economia em tempos de crises Paulo Sérgio Fracalanza	10	Taxas de juros civilizadas - principal desafio da política macroeconômica Fernando de Aquino	47
Ciências Econômicas: uma formação sólida para um mundo complexo Manoel Castanho	14	Oficina de economia política Manoel Castanho	50
Sistema Cofecon/Corecons e o registro de mestres e doutores Renata Reis	20	Mulheres na economia: grandes nomes, mas reduzida participação Andrea Cabello e Fernando Lima	54
Desenvolvimento econômico e social e o papel do economista Pedro Garrido da Costa Lima	28	O SINCE do reencontro Manoel Castanho	60
Banco universal contemporâneo - instrumento estratégico para promover o desenvolvimento César Manoel de Medeiros	32	Novos livros	64

EDITORIAL

O cenário é de constante transformação. Vivemos em meio à diversidade, necessidade de inclusão, e em busca do desenvolvimento com justiça social e da aplicação de conhecimento – termos que ganham ainda mais relevância diante de crises como a que atravessamos hoje no país, que amarga mais de 25 milhões de pessoas em situação de desemprego, desalento ou subemprego, e aproximadamente 33 milhões de brasileiros passam fome e mais de 100 milhões estão em situação de insegurança alimentar. É nesse plano que apresentamos a formação do economista – que por si só é necessariamente pretensiosa, por envolver teoria, história, métodos quantitativos, literatura, cultura econômica, e por formar um profissional cidadão e com visão abrangente, que escolheu servir à sociedade em uma das 32 profissões regulamentadas existentes no Brasil.

Os economistas conquistam destaque em múltiplas áreas como academia envolvendo ensino, pesquisa e extensão, empresas privadas, consultoria, finanças, marketing, administração e tantas outras. O caminho para o sucesso é simples? Não. Na verdade, é um caminho desafiador. Ao longo dos anos de curso, há alunos que inclusive questionam o fato de estudarem Marx, Adam Smith, Keynes e Schumpeter e, ao iniciarem um estágio, tenham que preencher planilhas. Academicamente afirmo, com confiança, que não há qualquer incompatibilidade entre o enfoque teórico do curso e o enfoque prático no dia a dia e, no decorrer do tempo, o economista percebe que aquele conhecimento se tornou fundamental para o desenvolvimento das atividades profissionais.

Não é por acaso que a área também chama a atenção de profissionais com outras formações e que dedicam suas trajetórias acadêmicas – mestrado e doutorado – à Ciência Econômica, criando e reproduzindo ainda mais conhecimento, reconhecido pelo Conselho Federal de Economia, pela academia e pela



ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
PRESIDENTE DO COFECON

Professor-Doutor do programa de pós-graduação em Economia Política da PUC-SP. É autor de cerca de 20 livros da área de Economia e se dedica continuamente à produção de artigos relevantes para o entendimento da conjuntura do país, publicados em jornais de grande circulação. É colaborador do jornal O Estado de S. Paulo e comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura).

sociedade. O registro de mestres e doutores é hoje uma realidade no Sistema Cofecon/Corecons que acompanha as demandas dos profissionais e dos órgãos empregadores. As prerrogativas legais e exclusivas dos economistas estão, no entanto, preservadas e estão tratadas na matéria Sistema Cofecon/Corecons e o registro de mestres e doutores.

Ainda sobre o tema formação profissional, colabora com esta edição o presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação (ANGE), Paulo Fracalanza, com o artigo “Novos rumos para o ensino de Economia em tempos de crises”, que entre outros pontos ressalta a importância de conciliar um currículo plural e completo com a necessidade de repensar os caminhos do desenvolvimento com justiça social.

Por último, mas não menos importante: nos dias 02 a 04 de novembro será realizado o XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), um importante espaço de debates do Sistema Cofecon/Corecons, e que também é tema de matéria publicada nesta edição.

Boa leitura.

Maria de Fátima Miranda: Questionadora e persistente

Por Renata Reis, Coordenadora de Comunicação do Cofecon

“Meu pai sempre foi muito exigente e, por conta das circunstâncias da vida, eu não tinha a opção de não ser aprovada no meu primeiro vestibular”. As palavras da conselheira federal Maria de Fátima Miranda mostram o desafio enfrentado por ela com o qual muitos estudantes podem se identificar. Ao prestar o vestibular, escolheu Ciências Econômicas ao acaso e, apesar de no início não saber como relacionar o que aprendia nos bancos da universidade

com o que viria a ser o mercado de trabalho, aprendeu a questionar e não se acomodou. Durante os primeiros anos da graduação, Maria de Fátima pedia aos professores para organizar visitas de campo, sempre com o objetivo de aliar teoria e prática ao seu aprendizado. Assim, entendeu, colocando a mão na massa, o papel do economista no combate à desigualdade social, no crescimento das pessoas e do próprio país

Ela inverteu os papéis e se tornou professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa para abrir portas aos estudantes e, por consequência, se tornou inspiração na academia





Para ser economista, não basta ter inteligência, ser analítico e ter senso crítico; também é preciso ter inteligência emocional, questionar e ser persistente."

e na família. Foi presidente do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-PR) por três gestões e é coordenadora da Comissão de Perícia Econômico-Financeira do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Nesta entrevista à revista Economistas, a conselheira federal Maria de Fátima conta como surgiu o interesse em cursar Economia, os desafios durante sua jornada acadêmica e como fez para superá-los. "Para ser economista, não basta ter inteligência, ser analítico e ter senso crítico; também é preciso ter inteligência emocional, questionar e ser persistente", ressaltou.

Revista Economistas: Como surgiu o seu interesse pelas Ciências Econômicas e quais os maiores desafios enfrentados durante a graduação?

Maria de Fátima: Meu interesse pela economia surgiu durante o curso. O primeiro ano foi bastante complicado para mim, porque as disciplinas não tinham tanta relação com o mercado de trabalho, por não serem tão transformativas e sim introdutórias. Meu desafio inicial era, então, relacionar o curso ao mercado de trabalho – o que penso que seja um desafio de alunos de outros cursos também. Depois do primeiro ano, eu passei a entender melhor o quanto aquelas matérias eram importantes para minha formação e o quanto elas me capacitariam para atuar em diferentes atividades.

No segundo ano, era mais fácil perceber o conteúdo que estava diretamente relacionado ao mercado de trabalho. No terceiro ano, eu estudei "Mercado de Capitais", que se chamava na época "Economia Monetária". Ali, ainda em estágio inicial da minha formação, eu vi que eu

poderia trabalhar em corretoras, bancos ou bolsa de valores. Em "Elaboração e Análise e Projetos", compreendi que o curso trazia também matérias práticas. E tudo isso só foi possível a partir de meu perfil questionador e interessado. Inclusive, compartilho aqui uma experiência que marcou bastante esse período de estudos. Sugerir a um dos professores que organizasse uma visita da turma ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), banco que envolve os estados do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul. Na oportunidade, nós conversamos com os economistas que estavam aplicando na profissão aquilo que eles aprenderam no curso. Essa experiência fez com que a turma sugerisse novas visitas, que aconteceram ao longo da graduação.

R.E: Quais papéis foram desempenhados por você, enquanto presidente e conselheira do Corecon-PR, para contribuir na formação de novos economistas?

M.F: Depois de formada, desde os primeiros anos de minha trajetória profissional, eu entendi o valor do meu curso e de tudo que havia aprendido na Universidade. E quando atuei no Corecon-PR, conheci o importante elo entre os Conselhos Regionais e a Academia. No meu caso, além da atuação no Conselho, eu já trabalhava como professora. Com isso, pude apresentar aos meus alunos a relação disciplinas do curso e o mercado de trabalho.

Além disso, ao lado do então vice-presidente do Corecon, Eduardo Garcia, que trabalhava no BRDE, o banco que visitei como estudante, iniciamos o projeto de visitar escolas de ensino médio e falar de economia. Estreitamos



também o contato com os coordenadores dos cursos de graduação e assim conseguimos ter voz dentro do curso nas universidades do Paraná, por meio da realização de palestras sobre mercado de trabalho para o economista.

O projeto foi um sucesso! Com isso, os alunos conheceram de perto, por meio do contato com profissionais que já atuavam na área, caminhos a seguir. A partir do nosso contato também, os alunos perceberam a importância de cobrar mais disciplinas.

Já como professora, trabalhei mesclando em sala de aula teoria e prática. Em Microeconomia, por exemplo, abordava com os meus alunos pontos importantes para que eles conseguissem perceber a aplicação do aprendizado em um futuro trabalho.

R.E: A graduação também é um momento de descobertas e desenvolvimento pessoal. Neste sentido, quais os obstáculos você tem mais orgulho de ter superado?

M.F: Eu era extremamente tímida e, por conta disso, deixei passar oportunidades de aprender mais e contribuir com o debate. Como superei o desafio da timidez? Bom, frequentemente eu me perguntava: “o que está acontecendo comigo?”

Por que eu não coloquei para turma o meu questionamento?”. À medida que eu me questionava, percebia que sim, eu tinha que ter falado. Com isso, fui me superando. As mudanças não acontecem de um dia para o outro, mas penso que ser questionadora, inclusive comigo mesma, contribuiu enormemente para minha formação.

Outra dificuldade pessoal que precisei enfrentar foi aceitar os meus erros. Até hoje fico desolada quando erro. Mas aprendi que é reconhecendo o ‘não acerto’ é que aprendemos a acertar. O duro é que a correção normalmente vem em tom de crítica e aceitar ser corrigida e, de certa forma, criticada, também foi um desafio. Hoje, agradeço às pessoas que tiraram tempo para me ensinar, me corrigir, e até criticar alguns dos meus posicionamentos. Com elas eu cresci e me tornei a pessoa e a professora que eu fui durante 32 anos.

R.E: Como você vê o ensino da economia hoje? O que precisa ser valorizado pelos estudantes para que eles se tornem bons profissionais quando entrarem no mercado trabalho?

M.F: Não tenho medo algum de falar que o curso de economia é para mim muito completo e até mais abrangente que administração e contabilidade. Ressalto aqui a importância que as disciplinas das duas áreas, oferecidas na grade as Ciências Econômicas, têm na formação acadêmica e profissional, seja quando aprendemos análise de balanços ou quando a microeconomia é ofertada por um professor de outra área de formação. Assim, minha recomendação aos alunos é uma só: aproveitem o curso porque ele é muito bom. Na mesma linha, aproveitar não significa receber tudo pronto, mas sim estudar temas de interesse, se dedicar à leitura de material extra, perguntar aos professores e profissionais da área como aprender mais, ler a bibliografia

sugerida e ir além. No banco da Universidade nos deparamos com o velho hábito da terceirização de responsabilidades: “O professor não me passou”. Minhas perguntas como professora são: Como você é como aluno? Como é a sua participação?

O estudante aprende indo buscar aquilo que necessita. Os cursos oferecem condições plenas de você buscar o seu mercado de trabalho. Dependendo da área, você busca a especialização, o mestrado, o doutorado. Mas é a graduação que abre portas e janelas para você começar a enxergar.

R.E: Na sua opinião, por que precisamos cada vez mais de novos economistas, principalmente no cenário em que vivemos, com crescente desigualdade, inflação, desemprego e outros problemas que são da área de atuação do economista?

M.F: Quem sabe o que o economista faz são os outros economistas. Em minhas palestras, eu sempre usava um exemplo muito prático sobre a atuação do profissional em diferentes áreas: quando criança, os pais lhe presenteiam com uma casinha, e assim, as meninas já internalizam o papel de dona de casa; na sequência vem a lousa, e a criança se identifica com o papel de professora; quando você pensa que não ganha um estetoscópio do médico. Assim, as chamadas profissões tradicionais entram naturalmente na rotina. Por outro lado, você não vê crianças brincando de ser economistas, trabalhando para combater a alta dos preços ou contra a desigualdade. Com isso, professores e membros do Sistema Cofecon/Corecons têm juntos um importante papel, que é mostrar à sociedade o que fazem os profissionais da área e assim atrair mais pessoas dispostas a trabalhar por desenvolvimento com inclusão.

Entre minhas atividades, desenvolvi um projeto na extensão que inicialmente levava o nome de Promicro (Programa de Auxílio à Micro e Pequena Empresa), e que depois evoluiu para Prodenge (Programa de Desenvolvimento Gerencial). Os objetivos do Prodenge eram envolver professores, alunos e empresários para apresentação de diagnóstico econômico e financeiro, no intuito de auxiliar o empresário

na manutenção de seu negócio. Por outro lado, ressaltávamos a importância daquele empresário na geração de emprego e renda. Este é um exemplo de interferência do economista no mercado de trabalho. Graças a esse projeto, consegui mais uma profissão – que mantenho até hoje – como consultora econômico-financeira.

Outro exemplo da atuação do economista e da necessidade de formarmos mais e mais profissionais está ligado à economia solidária. Eu administrava um centro de pesquisa econômico-financeira e lá acolhi a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), desenvolvido e coordenado por minha aluna e, hoje, amiga, Manuela Salau Brasil. A IESOL tem como objetivo fomentar, organizar e consolidar empreendimentos econômicos solidários (EES) na região de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Atualmente trabalham com empreendimentos de segmentos como artesanato, separação e triagem de material reciclável, jardinagem, assentamentos rurais, agricultores familiares, entre outros. Manuela é economista. Eu sou economista. Essa é a atuação do economista na tentativa de reduzir a desigualdade social e incentivar o emprego e a renda.

R.E: De que forma podemos atrair mais jovens para a economia, principalmente nesse papel do economista no desenvolvimento com justiça social?

M.F: Por meio de palestras, cursos e programas apresentamos o papel do economista como cientista social. Muitas vezes as pessoas pensam que vão cursar economia para trabalhar, investir em bolsa de valores e ficar rico. Só que essas pessoas se esqueceram que temos uma responsabilidade social muito grande. No Cofecon, por exemplo, contamos com o GT de Responsabilidade Social e Economia Solidária que reúne profissionais e iniciativas em prol do desenvolvimento com justiça social. Realizamos oficinas e palestras, reunimos profissionais com os mesmos objetivos, divulgamos premiações. Tudo isso para mostrar aos jovens estudantes e à sociedade a importância deste trabalho.



Novos rumos para o ensino de Economia em tempos de crises

Por Paulo Sérgio Fracalanza

Alguns jovens, os bastante afortunados, têm frente a si a difícil tarefa de escolher o curso superior que gostariam de seguir. Por que afinal, entre tantas opções mais vistosas, alguém, em sã consciência, escolheria o curso de Economia?

Como bem dizia Bernard Maris, “que a Economia seja muito complicada parece uma prova de seriedade”. Escondendo-se atrás de jargões, praticando muitas vezes em público a arte das contendas sem tréguas e sem civilidade, os resultados da profissão parecem pífios: imensa redundância do trabalho vivo, desigualdades crescentes, pobreza e fome em meio à abundância e ausência de respostas para os flagelos que nos abatem. Não poderíamos fazer melhor?



Paulo Sérgio Fracalanza

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas com estágio doutoral na Université Louis Pasteur em Strasbourg, na França. Docente do IE-Unicamp. Atualmente é presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange).

Ora, é inegável que vivemos tempos de uma grande crise civilizacional. No lugar dos sonhos de progresso que embalaram o século XX, vivemos tempos de desesperança. As crises são todas gêmeas, nos dizem, e galopam em legião: crise da democracia, crise ambiental, crise sanitária, crise econômica, crise social, crise migratória, crise do trabalho. O que o economista, oráculo de nossos tempos, tem a nos dizer? Há algo que possa ser feito? Como transformar esse mundo? Mais, em que direção há que transformá-lo?

Bom, é aí que se encontra o nó górdio. Pois o que o economista tem a nos dizer vai depender, fundamentalmente, de sua formação. E esta será devedora, em extensa medida, de seu aprendizado na Universidade. Portanto, a formação superior do economista reveste-se de grande importância. Pois, como já nos advertia Keynes, ainda não é chegado o tempo em que, para o bem da humanidade, a Economia finalmente ocupará o banco de trás da carruagem da história.

Que formação seria essa? É possível, em meio a tantas vertentes e tantos embates, definir um bom caminho para a formação de um(a) economista? Como conciliar os esforços por uma formação rigorosa com a necessidade de repensar os caminhos do desenvolvimento com justiça social frente às múltiplas dificuldades e aos justos anseios por mudanças que animam a tantos?

A Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), desde 1985, por ocasião de seu primeiro Congresso Nacional, tem reiterado seu compromisso de elevação da qualidade do ensino de Economia em todo o país. Nesse longo caminho, tem contado com o apoio

dedicado de vários Conselhos Regionais e do Conselho Federal de nossa profissão.

Para tanto, a Ange tem insistido na ideia de um ensino de Ciências Econômicas referenciado no pluralismo que contemple, com rigor e consistência, a diversidade de leituras e interpretações teóricas, metodológicas e analíticas do amplo acervo do saber econômico. O que significa o pluralismo aqui mencionado? Significa aceitar que nosso saber é contingente, que as respostas de que hoje dispomos não são definitivas, que no embate respeitoso entre as ideias podem surgir poderosas interpretações e novas formas de intervenções nas políticas públicas.

O pluralismo, ademais, significa nutrir as novas ideias, estar aberto ao novo conhecimento que se está produzindo, aliás, de forma febril, dentro e fora das fronteiras de nossa profissão. Esse é um aspecto dos mais relevantes. A Economia só pode produzir conhecimentos úteis em comunhão com outras áreas do saber. A História, as Ciências Sociais, a Filosofia e até mesmo a Psicanálise são instrumentais poderosos que ampliam o alcance das formulações. Também o são os instrumentais de outras ciências, da Matemática, da Estatística, da Contabilidade, bem como da Biologia e da Ecologia. Quanto mais estivermos abertos ao diálogo com outros campos disciplinares, mais poderosas serão as interpretações e mais profícuas as sugestões para a construção de um processo de desenvolvimento mais sustentável, mais justo e mais fraterno.

Da mesma forma, está claro que a Economia é desprovida de sentido ao alhear-se

“Pois, como já nos advertia Keynes, ainda não é chegado o tempo em que, para o bem da humanidade, a Economia finalmente ocupará o banco de trás da carruagem da história.”

dos campos da Moral, da Política e da Natureza. Vale a pena insistir nesse ponto. A título de exemplo, avaliemos o percurso das reflexões frente às hoje incontornáveis questões ambientais. Durante muito tempo a Economia ignorou por completo as profundas relações que soldam nosso destino como humanidade ao destino dos demais seres vivos e não vivos. Frente às manifestações cada vez mais palpáveis do colapso ambiental, com as crescentes evidências de que estamos a ultrapassar velozmente as fronteiras planetárias e os limites operacionais seguros que garantem a preservação da frágil teia de vida em nosso planeta, seria difícil explicar a não iniciados porque muitos modelos econômicos ainda falham miseravelmente em incorporar os impactos que os processos de transformação produzem em nosso planeta. Por que, frente a tanto conhecimento produzido nesse campo, ainda ensinamos modelos que tratam o processo produtivo como uma “caixa preta”, sem quaisquer preocupações com o entorno, além dos conceitos distorcidos de externalidades? Por que ainda insistimos em modelos ancorados num universo newtoniano, sem quaisquer considerações a

respeito dos processos termodinâmicos, com todo o conhecimento que acumulamos sobre os processos biogeoquímicos sistêmicos que regem a dinâmica da vida em nosso planeta?

Aqui, talvez, resida a maior ambição da Ange como entidade dedicada à busca por elevar os padrões do ensino de Economia. É chegado o tempo de repensar as ferramentas, as métricas, os objetivos. Essa tem sido uma preocupação no mundo inteiro e diversas iniciativas valorosas têm surgido para enfrentar esse desafio. Entre tantos exemplos, há as iniciativas do Rethinking Economics, do Institute for New Economic Thinking, do Doughnut Economics, dos Économistes Atterrés, da Economia de Francisco. Também no Brasil diversos cursos de Economia têm produzido iniciativas na definição de eixos transversais nos currículos e na criação de novas disciplinas que ampliem os horizontes da formação. Há uma renovação no conteúdo das tradicionais disciplinas de Macroeconomia, Microeconomia e Economia Internacional. Mas também há apostas em repensar os horizontes das disciplinas de Economia Política e Economia Monetária. Há quem esteja criando disciplinas





Há uma renovação no conteúdo das tradicionais disciplinas (...)"



que abordam as temáticas da economia de gênero e as questões ambientais.

Para essa tarefa há que contar com toda a ajuda possível. Os Conselhos profissionais, as lideranças empresariais, diversas entidades do setor público podem (e devem) se engajar nesse esforço coletivo de refletir sobre o futuro que desejamos para nosso País e sobre a necessidade, nas Universidades e fora delas, de preparar nossos jovens para o mercado de trabalho com uma visão crítica e ética.

Assim, não é mais possível, no atual estado de conhecimento que se alcançou, que os(as) alunos(as) passem quatro (ou cinco) anos estudando Economia e simplesmente não sejam apresentados aos robustos consensos das transformações ambientais, das limitações termodinâmicas e evolutivas com que se choca o processo econômico, do Antropoceno, da Grande Aceleração, das Fronteiras Planetárias. Não é mais desejável que nossos(as) estudantes não tenham contato com a prolífica e instigante literatura da Economia Feminista, que traz à tona, ao lado do papel mais comezinho da produção, o igualmente importante papel da reprodução social, dos cuidados, da socialização e da subjetivação dos mais jovens. Não é mais prudente ignorar as novas visões sobre moeda, sobre a discussão racial, sobre as alternativas sistêmicas, sobre o Estado e a democracia. Só teremos a ganhar ampliando as fronteiras dos cursos de Economia, permitindo, de forma transversal, descortinar as grandes questões de nosso tempo. É mais do que a hora de ampliarmos o diálogo com outros campos do saber e ousarmos repensar nossos modelos e ferramentas.

Nesse sentido, entre os dias 9 e 11 de novembro de 2022, na Unicamp, de forma presencial, e de forma remota, com transmissão pelo YouTube, o acontece o 37º Congresso Anual da Ange. O tema do encontro é "O Ensino de Economia no Brasil diante das grandes questões contemporâneas: reflexões e um convite para a ação". Com a presença esperada de coordenadores, professores, discentes, conselheiros e profissionais de economia de todo o País, será abordado um amplo leque de temáticas emergentes na forma de sessões de discussão, palestras e minicursos. A Economia Feminista, as questões ambientais, o ensino de Economia Política e de Economia Monetária, a curricularização das atividades de extensão, os desafios da Economia em tempos de crises e os impactos sobre a formação e a saúde mental de nossos discentes em ensino remoto em virtude da pandemia serão alguns dos incontornáveis problemas aos quais procuraremos lançar luz.

Difícil? Sem dúvida! Mas o desafio não teria a menor graça se fosse fácil alcançá-lo. De toda forma, só existe uma maneira segura de falhar: não tentando.

Ciências econômicas: uma formação sólida para um mundo complexo

*Por Manoel Castanho, jornalista da
Coordenação de Comunicação*

"As Ciências Econômicas abrem portas, transformam realidades e contribuem para o desenvolvimento inclusivo, por meio de vasto instrumental teórico e prático que faz do economista um profissional completo e preparado para superar os desafios. Ser economista é estar alinhado às necessidades coletivas do País, é situar-se entre a crise e a solução, é servir à sociedade e, nesse sentido, a atuação do profissional é bastante abrangente". Estas palavras do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, iniciam a apresentação do Guia de Orientação Profissional, cuja segunda edição foi lançada em 2022, e enfatizam a grande variedade de atividades que os economistas desempenham – algo que foi abordado na edição anterior da revista Economistas e que é proporcionado pela formação ampla que os estudantes recebem durante o curso.

Para se ter uma ideia desta variedade, o portal Exame publicou em dezembro de 2016 uma lista com 65 carreiras promissoras para o ano seguinte. Entre elas, nada menos que 17 – ou mais de um quarto delas – poderiam ser



Ser economista é estar alinhado às necessidades coletivas do País, é situar-se entre a crise e a solução, é servir à sociedade".

desempenhadas por profissionais economistas. Na mesma linha, o economista Roberto Macedo, doutor em economia pela Universidade de Harvard, aponta que a profissão de economista é uma das que tem maior quantidade de diferentes ocupações, e esta é uma característica da qual o estudante pode tirar vantagem.

De fato, o conteúdo do curso de Ciências Econômicas é algo bastante plural, que contempla diversos saberes econômicos e variadas abordagens teóricas, analíticas e metodológicas. “A economia se caracteriza por uma grande controvérsia interna, em especial quanto à forma de organizar a estrutura econômica”, comenta o economista Paulo Sérgio Fracalanza, presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE) e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “As diretrizes curriculares incluem várias especialidades teóricas da economia, incursões fortes no campo da história (história econômica, formação econômica do Brasil), estudos sobre a realidade brasileira e internacional, capitalismo, desenvolvimento contemporâneo. A economia está aberta para conversar com outras ciências, tem um caráter multidisciplinar, atento ao que vai surgindo em outros campos do saber”.

Evolução do currículo

Após a regulamentação da profissão, ocorrida em 1951, a primeira mudança significativa no currículo de Ciências Econômicas ocorreu em 1963 e o curso passou a contar com um conjunto de nove disciplinas para o ciclo



básico (Introdução à Economia, Matemática, Contabilidade, Estatística, História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil, Geografia Econômica, Instituições de Direito, Introdução à Administração e Sociologia) e oito para o ciclo de formação profissional (Análise Macroeconômica, Contabilidade Nacional, Economia Internacional, Moedas e Bancos, Política e Programação Econômica, História do Pensamento Econômico, Análise Microeconômica e Finanças Públicas), que formavam um currículo mínimo obrigatório. A mesma resolução do Conselho Federal de Educação, de 1963, fixou a duração do curso em quatro anos letivos.

O debate sobre os cursos de Ciências Econômicas sempre foi algo muito presente no Sistema Cofecon/Corecons, sobretudo nas edições do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since), evento realizado nos anos pares e que tradicionalmente tem um painel de debates dedicado à formação e ao mercado de trabalho do economista. No IX Since, realizado em Florianópolis, no ano de 1982, foi discutida a proposta de um novo currículo mínimo, apresentada por uma comissão especial composta pelos conselheiros federais Flávio Versiani, Paulo Timm e Reynaldo Rubem Ferreira. A discussão serviu como ponto de partida do processo que culminou com o Parecer CFE 375 de 1984, do professor Armando Dias Mendes, e com a Resolução 11/84 – considerada ainda hoje como a mais importante reforma curricular ocorrida no âmbito das Ciências Econômicas no Brasil.

Quem foi Armando Dias Mendes?



Armando Dias Mendes (1924-2012) foi um economista e professor paraense. Presidiu o Banco de Crédito da Amazônia e coordenou o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1955-1959), presidiu a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) e foi relator do currículo mínimo do curso de Ciências Econômicas no Conselho Federal de Educação. Também atuou como reitor da UFPA e consultor da

Unesco e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 2006, foi premiado pelo Cofecon como Personalidade Econômica do Ano. No Conselho Nacional de Educação, foi responsável pelo parecer que resultou na Resolução 11/84, que reformou o currículo dos cursos de Ciências Econômicas. Escreveu os livros *Estradas para o desenvolvimento*; *Viabilidade econômica da Amazônia*; *A invenção da Amazônia*; *Instrumentos para a invenção da Amazônia*; *Ciência, universidade e crise*; *O mato e o mito*; *A casa e as suas raízes*; *A cidade transitiva*; *Amazônia – modos de (o)usar*; e *O economista e o ornitorrinco*.

De acordo com o normativo, as disciplinas são divididas em formação geral (Introdução às Ciências Sociais, Introdução à Economia, Matemática, Introdução à Estatística Econômica, Instituições de Direito e Contabilidade e Análise de Balanços), formação profissional (Estatística Econômica e Introdução à Econometria, Contabilidade Social, Teoria Macroeconômica, Teoria Microeconômica, Economia Internacional, Economia do Setor Público, Economia Monetária e Desenvolvimento Socioeconômico) e trabalho de curso (Técnicas de Pesquisa em Economia e Monografia). Estes componentes curriculares ocupam, no mínimo, 60% da carga horária do curso, mantendo sua identidade em todo território nacional. A outra parte é de livre escolha da Instituição de Ensino, podendo ser utilizada para reforçar os conteúdos citados ou com disciplinas de maior relevância regional e, ainda, uma série de matérias eletivas, entre as quais cada instituição de ensino completaria o número total de horas-aula.

A reforma mais recente é a de 2007. A Resolução MEC/CNE 02/2007, de 18/06/2007, dispôs sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial, fixando em 3.000 horas a duração mínima do Curso de Graduação em

Ciências Econômicas. E a Resolução MEC/CNE 04/2007, de 13/07/2007, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado. A maior inovação foi a ampliação de 40% da carga horária de escolha dos cursos para 50%, com uma redução das unidades de estudo ou disciplinas que compõem o que se denomina Currículo Mínimo ou Formação Básica Obrigatória. Essa mudança se deveu à política do CNE/MEC que deixava a definição de disciplinas e carga horária de escolha ao encargo dos economistas, suas entidades representativas e instituições, retirando-a do âmbito do Estado.

Outra modificação importante foi a inclusão de atividades complementares extraclasse nos currículos, abrindo a possibilidade para especializações e experiências definidas pelas próprias entidades e instituições, em complemento à formação do aluno. Essas atividades complementares passaram a fazer parte da carga horária dos cursos – que, por isso, tiveram seu mínimo ampliado em relação à legislação anterior.

Merece destaque ainda que, pela nova legislação, a estruturação de um Projeto Pedagógico, que já era recomendado, ganhou novos contornos. Passou a ser não apenas obrigatório, mas adquiriu um novo status, uma

vez que passa a servir de base para avaliação do curso e das instituições por parte dos órgãos competentes e dos próprios alunos.

Atualmente, a estruturação dos currículos dos cursos de Ciências Econômicas é feita com base em quatro princípios fundamentais. O primeiro deles é o comprometimento com o estudo da realidade brasileira, usando uma formação teórica plural, apoiada no conhecimento histórico e instrumental. O segundo é o pluralismo metodológico, para que o estudante tenha acesso ao conhecimento a partir de várias abordagens diferentes – afinal de contas, teorias em voga durante um período podem ser superadas e até mesmo refutadas. O terceiro é que os fenômenos econômicos devem ser pensados dentro do contexto social e político em que estão inseridos, uma vez que a economia não está desvinculada deles. E o quarto é o senso ético, uma vez que a economia tem impacto direto na vida das pessoas. Desta forma, o perfil desejado de um formando é alguém que tenha ampla base cultural, bom uso do instrumental econômico, forte consciência social, com sólida formação geral e uma visão da história do pensamento econômico que possa ser aplicada à realidade brasileira e ao contexto mundial.

“O perfil ideal do profissional formado no Curso de Graduação em Ciências Econômicas é o capaz de transitar em diferentes níveis de abstração, desde o conhecimento analítico dos fenômenos econômicos puros até a tomada de decisões práticas”, argumenta o economista e professor Fernando Nogueira da Costa. Para ele,

o graduado deve ter um conhecimento plural, multidisciplinar e aplicado. “Nesse sentido, busca tanto uma formação teórico-prática, onde domine o método abstrato-dedutivo, quanto uma formação teórico-quantitativa na qual pratique o método histórico-indutivo. Com capacidade de utilizar o instrumental matemático-estatístico e analisar situações históricas concretas, saberá contextualizar seus diagnósticos para propor a solução racional de problemas com conflitos de interesses individuais, sociais e nacionais”.

Vantagens da formação abrangente

A formação do economista possui uma base teórica forte, uma formação histórica ampla e proporciona o uso de ferramentas como os métodos quantitativos. Com um conteúdo sólido e abrangente, permite que os economistas ocupem uma ampla gama de atividades. Neste contexto, surge uma discussão sobre o que seria mais importante, uma formação geral mais sólida ou uma formação mais específica. Dito de outra forma, quem levaria vantagem: o especialista ou o generalista?

“Defendo que você tem que ser um especialista generalizante. Se você estuda economia, mas está apto a aprender coisas novas por interesse ou necessidade, é o caso de cursar um MBA e dizer na entrevista de emprego que tem disposição para aprender, seja no treinamento de trabalho, seja em outro lugar”, aponta Roberto Macedo. “Os economistas podem aproveitar melhor este mercado tão amplo se



eles buscarem, durante o curso, uma formação mais adequada a eles. Algumas faculdades permitem cursar disciplinas de outros cursos, e os estudantes podem também fazer pós-graduação em outra área. Assim eles estarão mais preparados para desempenhar essa grande quantidade de ocupações”.

Fernando Nogueira destaca o mesmo verbo, mas utilizando uma expressão diferente. Para ele, o estudante deve aprender a aprender, para posteriormente ser treinado pelo empregador. “Estou convicto de que o recém-formado não deveria restringir-se a ser precocemente um especialista com base em sua pesquisa para escrever a monografia de graduação”. Esta etapa inicial deve lhe oferecer uma formação generalista”, pensa Nogueira. “Com múltiplos métodos operacionais em empresas de diversos setores e diversas políticas públicas em governos, cada qual deve oferecer o treinamento especializado para o exercício de suas tarefas”.

O presidente da ANGE defende o caráter generalista do curso de Ciências Econômicas e não vê contradição na necessidade de buscar uma especialização. “Desde que ele tenha esta formação bastante ampla, plural e crítica, para olhar a realidade e interpretar o que acontece com o mundo a fim de transformá-lo, no sentido de um desenvolvimento mais justo, fraterno e sustentável, tudo bem. A especialidade não pode brigar com esta formação plural que a economia domina”, expressa Fracalanza.

Outro aspecto da formação dos economistas é que o curso tem um forte conteúdo social – afinal de contas, a economia é uma

ciência social. Por causa disso, existe uma ideia de que um profissional de Ciências Econômicas seria uma pessoa mais adequada para trabalhar no setor público do que no setor privado.

“Não creio que a formação do economista prepare ele melhor para o setor público do que para o setor privado. O que acontece é que a formação do economista é uma formação num certo sentido bastante especializada, por ter um conjunto de disciplinas teóricas que há apenas no curso de economia: macroeconomia, microeconomia, economia monetária, economia internacional, que são disciplinas que são afeitas ao campo da economia”, argumenta Fracalanza. “Mas a economia se aproveita enormemente do conhecimento de outras áreas, como ciência política, sociologia, antropologia, matemática, estatística, contabilidade, e também se interessa por outros campos como a ecologia. É uma formação bastante ampla e neste sentido profissional ele acaba se habilitando tanto para a carreira pública como na iniciativa privada”.

Para Roberto Macedo, há economistas cuja formação é mais apropriada para o setor público, onde há maior demanda por profissionais com conhecimento de macroeconomia e microeconomia. “Eu fui parar no setor público, já que o Banco do Brasil é um pedaço do governo. E foi o curso de economia que me permitiu sair do banco, quando me tornei professor”, conta Macedo. “Também fui executivo do governo quando assumi o cargo no Ministério da Fazenda, fui secretário de política econômica e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Então, fazendo um nome como economista acadêmico, existe um mercado

O perfil ideal do profissional formado no Curso de Graduação em Ciências Econômicas é o capaz de transitar em diferentes níveis de abstração, desde o conhecimento analítico dos fenômenos econômicos puros até a tomada de decisões práticas.”



Outro aspecto da formação dos economistas é que o curso tem um forte conteúdo social – afinal de contas, a economia é uma ciência social. ”.



muito restrito: alguns deles são chamados para trabalhar no governo em cargos de confiança”.

Mudanças no currículo?

Algumas pessoas defendem mudanças no currículo de ciências econômicas, sobretudo quando comparam a formação no Brasil às experiências que vivenciaram no exterior. Macedo, por exemplo, defende a adoção de um ciclo básico de dois anos para profissões correlatas, com a escolha da área definitiva a partir do terceiro ano, enquanto Nogueira acredita na possibilidade de formação em três anos. “É possível oferecer um bom curso, preparando o aluno para o mercado de trabalho em três anos, como se faz na Europa e nos Estados Unidos, obtendo o conhecimento específico da profissão – visão sistêmica ou holista”, propõe Nogueira.

Na ANGE, a postura da entidade é de defesa da aplicação das atuais diretrizes curriculares. “Quando elas foram discutidas, a ANGE teve um papel muito importante no sentido de preservar algumas características do curso que nós considerávamos importantes. Da forma como está estruturado, tem disciplinas obrigatórias e recomendadas e preserva a monografia, estes são elementos fundamentais da formação”, avalia Fracalanza.

Isso não significa, no entanto, que a entidade não esteja aberta a mudanças. “A economia tem que estar aberta para compreender a crise que vivemos, que não é só econômica, é também ambiental, política, sanitária e social. No mundo todo um conjunto de economistas tem sugerido que ela deve ampliar sua visão, aberta ao pluralismo e ao pensamento crítico, incorporando temas emergentes”, conta Fracalanza. “Economia ambiental e economia feminista são campos que estão se abrindo hoje. De alguma forma, têm que entrar na formação do economista. Levaremos para o próximo congresso da ANGE a tentativa de colocar algumas destas questões. Muitas vezes, não é com criação de disciplinas, mas fazendo com que elas apareçam de forma transversal. Não podemos mais formar economistas que não tenham conhecimento sobre a questão ambiental”.

Sistema Cofecon/Corecons e o registro de mestres e doutores

Por Renata Reis, Coordenadora de Comunicação

Os campos de formação e de atuação dos graduados em economia são comprovadamente amplos, as oportunidades são inúmeras e, talvez, por esse motivo, profissionais de outras áreas se dedicam às Ciências Econômicas por meio de pós-graduação *stricto sensu*. Parte do grupo se dedica à academia e à pesquisa, enquanto outros aplicam seus conhecimentos em suas áreas de especialização.

O Conselho Federal de Economia publicou recentemente uma Resolução regulamentando o registro de doutores e mestres em economia no

Sistema Cofecon/Corecons. A questão é complexa devido a questões legais referentes à titulação de economista e à necessidade de registro para o exercício profissional (Lei 1.411/51 e Decreto 31.794/52).

Em 2018, por ocasião do XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, foi aprovada a proposta de criar um grupo de trabalho no Cofecon para estudar esta questão. O grupo elaborou uma nota técnica, que foi encaminhada à Comissão de Normas e Legislação, responsável por analisar o tema com a devida profundidade.



Durante a 714ª Sessão Plenária do Cofecon, realizada nos dias 1º e 2 de julho de 2022, o parecer da Comissão foi apresentado ao plenário para discussão e votação, tendo sido aprovado na forma da Resolução 2.113.

Os mestres e doutores em Economia podem obter o registro nos Conselhos Regionais de Economia para atuar profissionalmente nas atividades referentes à área de concentração ou linha de pesquisa de seus programas de mestrado ou doutorado. A titulação das respectivas carteiras profissionais será de mestre/doutor em economia. No entanto, é vedado o desempenho das demais atividades privativas dos economistas que não tenham a ver com a formação obtida durante o mestrado ou doutorado.

Com vistas a esclarecer recorrentes dúvidas a respeito do assunto, confira um conjunto de questões frequentes e suas respostas.

1

Quem pode atuar como economista? As prerrogativas exclusivas do economista estão preservadas? Quais são elas?

A Lei nº 1.411/1951, que regulamenta a profissão de economista, traz em seu artigo 1º que a designação profissional de economista é privativa dos bacharéis em Ciências Econômicas. Ainda de acordo com o artigo 14 da mesma lei, só poderão exercer a profissão de economista os profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Economia, pelos quais será expedida a carteira profissional. Já o artigo 3º do Decreto nº 31.794/1952 apresenta as atividades privativas de profissionais e empresas, dentre elas: estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico.

Tais prerrogativas permanecem inalteradas mesmo com a possibilidade do registro de mestres e doutores.

2

O que muda para os economistas registrados?

Não há mudanças para economistas registrados, que terão preservadas sua titulação e áreas de atuação exclusivas, bem como as vagas para concursos públicos destinadas a economistas.

3

A decisão de permitir o registro de mestres e doutores favorece o economista?

A regulamentação aprovada fortalece a profissão na medida em que economistas podem atuar em todas as áreas privativas ou compartilháveis, enquanto mestres e doutores registrados nos Corecons terão o campo de atuação restrito à área de formação ou linha de pesquisa de seus programas de mestrado ou doutorado, sob pena de exercício ilegal da atividade e punição, conforme consta no 8º da Resolução nº 2.113, de 4 de julho de 2022.

4

Há precedentes de outras profissões que oferecem a mesma possibilidade, ou seja, que mestres e doutores em outras áreas possam se registrar nos respectivos conselhos?

O Conselho Federal de Administração regulamentou o registro de mestres e doutores em 2017, por meio da Resolução Normativa CFA nº 512, de 14 de junho de 2017, que ao considerar que programas de mestrado e doutorado integram a educação superior, nos termos da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), resolveu que egressos de tais cursos de pós-graduação, cujos programas sejam afetos à administração e reconhecidos pelo Ministério da Educação, terão os seus registros e atribuições regulados pelo CFA.

Registro para Mestres e Doutores: uma conquista do Sistema CFA/CRA

Em 2017, o Conselho Federal de Administração (CFA) aprovou o registro profissional para egressos de cursos de mestrado e doutorado cujos programas sejam afetos à administração e que terão título de Mestre e Doutor em Administração. A decisão histórica marcou um novo tempo.

Com a iniciativa, o Sistema CFA/CRA passou a incluir todo o escopo da profissão, que vai do nível médio até a pós-graduação stricto sensu. Contudo, até a proposta chegar ao Plenário do CFA para análise e aprovação, foi feito um trabalho minucioso. Foram realizadas reuniões técnicas para avaliar o assunto. Nosso plenário, naquele ano, já tinha dado aval para o novo escopo doutrinário do Sistema CFA/CRA, que, até então, contemplava 16 campos conexos à administração e os egressos de cursos sequenciais.

Mas o mundo do trabalho evoluiu em todas as áreas e essas transformações estão cada vez mais céleres. A Academia avançou aderente a essas mudanças e, portanto, nós não podíamos, enquanto reguladores, ficar prendendo a sociedade e as novas iniciativas que são muito positivas para o ganho de escala e de desenvolvimento que o Brasil precisa.

O estudo resultou não só na aprovação de registro para mestres e doutores. A iniciativa tirou do anonimato muitos profissionais e deu legitimidade para que pudessem atuar na área da Administração com mais confiança e respaldo. Aliás, é importante ressaltar que são os mestres e doutores que ensinam e formam os profissionais de administração.

Eles pesquisam, escrevem e, portanto, são produtores da Ciência da Administração. Logo, se eles são docentes e produzem conhecimento na nossa profissão, tanto os mestres quanto os doutores não poderiam ficar de fora do escopo doutrinário da administração mesmo que a sua graduação tenha sido em outra área de formação.

Atualmente já são quase 300 doutores e mestres com registro em CRA. É preciso ressaltar que esse registro é específico na sua área de concentração do mestrado ou doutorado como logística, finanças, produção, entre outros.

Não sei como foi possível que uma profissão tão multidisciplinar tenha passado tanto tempo com uma posição conservadora a respeito desses profissionais que orbitavam em torno da administração. Esse anacronismo preconceituoso fez muito mal para a profissão.

Então, ao aprovar tais medidas, o Sistema CFA/CRA demonstrou que está atento aos apelos de uma sociedade que evoluiu. Portanto, registrar mestres e doutores é um avanço e uma forma de reconhecer profissionais que dedicam suas vidas para estudar a Ciência da Administração.

Adm. Mauro Kreuz
Presidente do Conselho Federal de Administração





5

Que outros profissionais podem se registrar no Sistema Cofecon/ Corecons? Esses profissionais têm os mesmos direitos dos economistas?

Egressos dos cursos de graduação em grau de bacharelado e conexos ao de economia, reconhecidos pelo MEC – que sejam voltados ao exercício de atividades voltadas à economia e finanças (ex: relações internacionais, finanças, comércio exterior) e que forem aprovados pelo Cofecon -, poderão registrar-se no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Tais profissionais receberão titulação e nomenclatura provenientes de seus cursos, e terão sua atuação restrita à respectiva área de formação acadêmica, sendo vedado o desempenho das atividades privativas do economista.

6

Os mestres e doutores em economia e os internacionalistas poderão votar e ser votados nas entidades (Corecons) após o registro?

Não. Os mestres e doutores em economia, bem como os internacionalistas e outros profissionais de cursos conexos, terão pleno gozo dos direitos dos economistas, exceto os de votar e ser votado.

7

Os valores das anuidades para esses profissionais serão os mesmos dos economistas?

Para os mestre e doutores em economia o valor da anuidade cobrado será equivalente ao valor anualmente fixado aos economistas, conforme artigo 6º da Resolução nº 2.113, de 4 de julho de 2022. Já aos profissionais de cursos conexos, desde que o registro seja homologado pelo Cofecon, a anuidade corresponderá a 70% (setenta por cento) do valor anualmente fixado aos economistas, nos termos do artigo 5º da Resolução nº 1.997, de 03 de dezembro de 2018.

8

Como os Corecons pretendem preservar o espaço dos economistas, uma vez que vários profissionais de outras áreas, ou mesmo bacharéis em economia, sem registro nos Corecons, exercem indevidamente funções restritas aos economistas, ou se utilizam do título de “economista”, sem de fato o serem? Haverá fiscalização/punição?

O trabalho de fiscalização é a função de existir de todos os Conselhos Profissionais, pois garante à sociedade que apenas profissionais registrados irão exercer o trabalho de economista, contador, médico, advogado, entre outras profissões. Por meio do trabalho de fiscalização exercido pelos Corecons, serão identificados e punidos os profissionais que utilizam indevidamente o título de economista ou exercem funções a eles restritas, conforme previsto nos artigos 18 e 19 da Lei nº 1.411/1951.

9

O Cofecon/Corecon não teme um esvaziamento dos cursos de graduação em economia, uma vez que outros profissionais com mestrado e doutorado em economia gozarão das mesmas prerrogativas?

O registro de mestres e doutores em economia, bem como de internacionalistas e outros profissionais de cursos conexos, não altera a exclusividade do uso da titulação de economista, além do exercício privativo das atividades técnicas de economia e finanças aos bacharéis em Ciências Econômicas, conforme explicitado nos artigos 1º e 14 da Lei nº 1.411/1951.

10

Foi feito algum levantamento/pesquisa sobre os impactos da decisão tomada? Ou melhor, a decisão foi baseada em evidências? Quais foram?

Sim. A decisão foi tomada com base em evidências. Com o objetivo de garantir à sociedade que os serviços e as atividades econômicas, ou a elas conexos, sejam prestados de forma legal e eficiente, os Corecons fiscalizam a área de atuação e não somente a nomenclatura utilizada pelos profissionais. A partir desse trabalho, identificou-se a necessidade de regulamentar e regularizar as atuações de mestres e doutores em economia, preservando a diferenciação e a proteção ao campo de atuação restrito aos economistas.

11

O que levou o Cofecon proceder a essa alteração na regulamentação?

A possibilidade de registro para mestres e doutores em economia vinha sendo debatida há pelo menos uma década no Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), evento do Sistema Cofecon/Corecons, com abrangência nacional, realizado bianualmente nos anos pares, onde ocorrem discussões internas da categoria. No SINCE de 2018, delegados, em assembleia, apreciaram a demanda e sugeriram a criação de um grupo de trabalho para estudar o tema e apresentar a proposta de regulamentação. Após dois anos de análise, o GT apresentou seu parecer ao Plenário do Cofecon, que encaminhou o processo para a Comissão de Normas e Legislação. A partir da avaliação e aprovação pela Comissão competente, o parecer foi apresentado novamente ao Plenário, que decidiu pela aprovação do registro de mestres e doutores em economia. Tal aprovação, seguindo os ritos previstos, chegou em resposta à demanda da categoria por modernização e qualificação. Agora registrados, mestres e doutores em economia trabalham ao lado dos economistas, sem, no entanto, usufruírem das prerrogativas profissionais previstas na Lei nº 1.411/51 e no Decreto 31.794/52.

12

Com a decisão, economistas registrados podem cancelar seus registros?

Não. O cancelamento do registro somente é possível na hipótese de não exercício permanente da profissão. Para conhecer a regulamentação sobre o tema acesse: <https://bit.ly/3BllvUn>

13

Quais as ações do Sistema Cofecon/Corecons em prol do economista?

A principal atribuição do Sistema Cofecon/Corecons é assegurar o exercício legal e ético da profissão e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País. Além disso, a Visão do Cofecon é ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social. Nesse sentido, o Sistema Cofecon/Corecons tem atuado em diferentes frentes. Em relação aos recém-formados e estudantes, por exemplo, oferecemos, por meio da Comissão de Educação, o Programa de Educação a Distância para Economistas, que são oficinas gratuitas, com direito a Certificado de Participação, que abordam temas como Processo Orçamentário, Economia Política, Organização Financeira. Desde seu lançamento, foram realizadas dezenas de oficinas e o programa já atendeu mais de 2.978 inscritos para aprimoramento profissional. A Comissão também é responsável pelo Prêmio Brasil de Economia (já em sua 28ª edição), pela Gincana Nacional de Economia (destinada aos alunos de economia e cursos conexos), pelo Desafio Quero Ser Economista (que tem como principal objetivo apresentar as Ciências Econômicas para os estudantes de ensino médio), entre tantos outros projetos.

A Comissão Mulher Economista tem um trabalho atuante de pesquisa e planejamento de ações de inserção da mulher no mercado de trabalho. Já a Comissão de Política Econômica do Cofecon é responsável pela realização do Economia em Debate – uma série de eventos que contam com economistas e especialistas em diferentes campos da economia. A partir dos debates, o Sistema Cofecon/Corecons emite Nota Oficial sobre temas de relevância para conjuntura econômica atual. Recentemente foi lançado o Panorama da Economia, publicação que reúne extratos das notas oficiais publicadas pelo Cofecon ao longo dos últimos 10 anos sobre temas como teto de gastos, privatizações, reformas trabalhista, previdenciária e tributária e indústria

Ainda aproveitando da tecnologia recentemente consolidada que viabiliza a realização de eventos virtuais, a Comissão de Perícia Econômica promoveu, em 2022, um ciclo de lives para que os Corecons apresentassem ações desenvolvidas regionalmente para a inserção do economista nesse campo de atuação.

Entre os Grupos de Trabalho, destacamos aqui o GT de Responsabilidade Social e Economia Solidária, que lançou em 2022 o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas. A premiação, destinada aos alunos de graduação que participam de atividades de economia solidária, oferece R\$ 10 mil em prêmios, para os projetos vencedores em duas categorias. Com isso, além de fazer o bem, os estudantes poderão ser premiados pelo trabalho de inserção social e de redução da desigualdade.

Já a Comissão de Comunicação é a responsável pela publicação diária de informações sobre a participação dos membros do Plenário na imprensa nacional e local (atividade que apresenta a atuação do economista para a sociedade e valoriza o trabalho desenvolvido rotineiramente). A Comissão também é responsável pela produção e distribuição gratuita do Clipping de Notícias, da Newsletter Cofecon, do podcast Economistas e da Revista Economistas. Em parceria com a Comissão de Educação, foi lançado também a 2ª edição do Guia de Orientação Profissional, que traz legislação e campos de atuação, além de entrevistas com especialistas. Já o projeto Descomplicando

a Economia tem como objetivo tornar os conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral. Para Waldir Pereira Gomes, coordenador da Comissão de Comunicação do Cofecon, o Descomplicando a Economia irá aproximar a profissão tanto de estudantes quanto da sociedade, valorizando assim o papel do economista no dia a dia. “O produto irá disponibilizar informação sobre conceitos econômicos a um público mais amplo, desmistificando a ideia de que economia é algo difícil e, inclusive, gerando mais interesse por parte das pessoas para o assunto”, afirmou.

Com isso, por meio do trabalho das Comissões, economistas, estudantes e a sociedade tomam conhecimento não só das atividades desenvolvidas pelo Sistema, mas também do direcionamento do Plenário em favor do desenvolvimento com justiça social. A assinatura para todos os produtos é única e gratuita e pode ser feita diretamente no site www.cofecon.org.br.

Ao todo são 18 Comissões e 11 Grupos de Trabalho, que atuam em diversas frentes e recebem, por meio de plataforma virtual, contribuições de economistas em temas como desenvolvimento regional, economia solidária, reforma tributária, educação, mulher economista, redução da concentração de renda e desigualdade social no Brasil. Para conhecer o trabalho de todas as Comissões e Grupos de Trabalho e contribuir por meio de sugestões e apresentação de propostas acesse www.cofecon.org.br/comissoes/

Para ter acesso às ações do Sistema visite o site www.cofecon.org.br e siga o Cofecon e o seu Corecon nas redes sociais.



**Panorama da Economia:
Cofecon apresenta
retrato do País nos
últimos 10 anos.**



Saiba mais!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Desenvolvimento econômico e social e o papel do economista

Por Pedro Garrido da Costa Lima

O economista tem papel fundamental no estudo e na promoção do desenvolvimento econômico e social. Esse desenvolvimento não se confunde com o crescimento econômico, uma vez que diz respeito não apenas ao aumento da produção ou do valor adicionado em uma economia, mas também à composição desse crescimento, à melhoria das condições de vida da população e à distribuição mais justa dos frutos desse crescimento.

Nesse contexto, temas como crescimento, distribuição, pobreza e desigualdade têm ganhado relevância entre aqueles frequentemente estudados pelos economistas, em particular as disparidades de renda e riqueza, que despertam

crecente interesse inclusive nas economias mais ricas². Cada vez mais esses conhecimentos em Economia e os economistas são necessários para compreender e mudar nossa sociedade.

São preocupações globais, como atestam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pactuados no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas. Nos ODS são estabelecidas metas, a exemplo da erradicação da pobreza (ODS 1), da redução das desigualdades (ODS 10), da promoção do trabalho digno e do crescimento econômico (ODS 8), da expansão da indústria, da inovação e da infraestrutura (ODS 9), da ação contra a mudança global do clima (ODS 13) e da igualdade de gênero (ODS 5). Todas essas



Pedro Garrido

Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense e doutor em Economia pela Universidade de Brasília. Atualmente é consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Conselheiro do Corecon-DF.



medidas e mais outras são essenciais para o desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Para o Brasil, esses temas se confundem com a nossa história e com a profissão de economista. Este ano, são comemorados os 71 anos da regulação da profissão de economista no País, contados a partir da promulgação da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951. Nessa Lei, afirma-se atribuição do Conselho Federal de Economia (Cofecon) de “contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional”, bem como de “promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país”, além de regulamentar a profissão.

A época da regulamentação da atividade coincide, não por acaso, com um período de amadurecimento do pensamento desenvolvimentista no Brasil em meados do século XX, cujas contribuições teóricas e de políticas guiaram a ideia de superação do subdesenvolvimento com base na estratégia de acumulação de capital na indústria³. Ocorreram transformações estruturais na economia nacional por meio da industrialização, da ação estatal e da criação de instituições para o desenvolvimento, com destaque para o assessoramento econômico e a utilização dos instrumentos de planejamento governamental.

Apesar de forte crescimento entre 1930 e 1980⁴, o modelo brasileiro foi altamente concentrador, especialmente após 1964. De acordo com dados do Censo Demográfico, o Índice de Gini saltou 14% de 1960 a 1970 e teve outro aumento, de 3,5%, em 1980, elevando a desigualdade de renda. Posteriormente, segundo cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), esse Índice, embora com oscilações, manteve-se elevado nesse patamar até 2001 (em torno de 0,6 no período), ano a partir do qual caiu de maneira consistente, reduzindo-se 11,1% até 2012. Com a nova PNAD Contínua, também do Instituto Brasileiro



Cada vez mais conhecimentos em Economia e os economistas são necessários para compreender e mudar nossa sociedade."

de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se continuidade da queda da iniquidade de renda medida pelo Índice de Gini para o rendimento domiciliar *per capita*, que se reduziu em 3,0% de 2012 a 2015. Em contraste, a partir de 2016 houve elevação desse Índice (com exceção de baixa histórica em 2020, por conta das transferências do auxílio emergencial) e consequente piora na distribuição de renda.

O modelo posterior de liberalização, desregulamentação e privatizações, na década de 1990, foi acompanhado de perda de desempenho econômico e desindustrialização, ao passo que o desenvolvimento obtido a partir de meados da década de 2000 possibilitou elevação no PIB e melhora nas condições sociais, com queda na desigualdade de renda decorrente do crescimento no mercado de trabalho, da valorização do salário mínimo e da expansão de programas assistenciais e da previdência social⁵.

A falta de crescimento recente, de 2015 a 2022, ocorre em meio a políticas de redução do papel do Estado na economia e liberalização, reeditando-se o receituário da década de 1990. Nesse contexto da evolução da economia brasileira, mudanças significativas são necessárias, especialmente diante das desigualdades estruturais no País que vêm sendo agravadas. Em particular, a desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* em 2021, medida pelo Índice de Gini, foi 3,8% maior do que em 2015.



Junto com a desigualdade, tem crescido a pobreza, que atingiu recorde de 62,9 milhões de pessoas (29,6% da população)⁶ em 2021, bem como a fome, que alcançou 33 milhões de pessoas em 2022 (15,5% da população), revertendo, desde 2017-2018, a tendência de queda obtida no período 2004-2013⁷. De maneira comparativa, mostra a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que a prevalência de insegurança alimentar grave aumentou no mundo entre os períodos de 2014-2016 e de 2019-2021, ao passar de 7,7% para 10,7% da população mundial (elevação de 38,9% na taxa de prevalência), ao passo que essa insegurança saltou de 1,9% para 7,3% no Brasil (expansão de 384,2% na taxa de prevalência).

Indicadores sintéticos de desenvolvimento também revelam piora. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostra descenso brasileiro, de 1,6%, mais elevado do que a queda mundial, de 0,9%, no período entre 2020 e 2022⁹.

Para entender esses problemas, é necessário examinar outras questões estruturais em nossa economia. Há, por exemplo, um sistema tributário regressivo¹⁰ que causa ineficiências, junto com redução recente nos gastos sociais¹¹. Dessa forma, desigualdades criadas no mercado privado não são compensadas de maneira eficaz pela ação estatal, diferentemente do que acontece nas economias ricas¹².

Existem também dificuldades na geração de empregos formais e de qualidade, enquanto há necessidade de mais investimentos públicos e de políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior direcionadas para maior diversificação produtiva e geração de valor, inovação e renda¹³.

A desindustrialização brasileira é notada não apenas na queda da indústria de transformação no PIB (de 35,9% em 1985 para 11,3% em 2021), conforme o IBGE, mas também no declínio da participação da indústria brasileira na indústria mundial (de 2,6% em 1990 para 1,3% em 2021) e do valor adicionado *per capita* (de US\$ 1.111 em 2008 para US\$ 875 em 2021), segundo dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

A economia política internacional também traz desafios para a economia e a sociedade brasileiras. Um movimento de crescimento nas disparidades, de desglobalização, de intensificação de políticas industriais, tecnológicas e ambientais e de aumento em sanções econômicas pode alterar a configuração produtiva e financeira atual, em detrimento dos países em desenvolvimento que não conseguem formular e executar políticas de desenvolvimento¹⁴. O cenário atual ainda indica que o arcabouço de instrumentos a ser utilizado pelos países, inclusive os ricos, está em aberto, sendo frequentes os exemplos de pacotes fiscais de retomada econômica e sociais, uso de empresas estatais, controles de exportações e de preços, bem como tributos no comércio exterior a depender de disputas geopolíticas ou de políticas ambientais.

Dessa forma, nos 71 anos da regulamentação da profissão de economista, é cada vez mais importante discutir e avançar o pensamento em torno do desenvolvimento. Adicionalmente, os 200 anos da Independência política brasileira frente à antiga metrópole também nos fazem pensar no papel da independência econômica, produtiva e tecnológica, com uma sociedade justa e de alta renda, que são características imprescindíveis para o desenvolvimento nacional soberano.

Enfim, o economista não só tem formação e instrumentos teóricos e práticos para trabalhar com esses temas, dados e indicadores, que devem ser reforçados e difundidos, como também deve ter atuação, no setor público, no setor privado e nas organizações da sociedade civil, para formular e indicar políticas para o desenvolvimento econômico e social em suas diversas dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 2 Ver, por exemplo, PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- 3 BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- 4 RAMOS, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- 5 IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 23. Brasília: Ipea, 2015. Para uma evolução recente da economia, ver, por exemplo, LACERDA, A. C. et al. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- 6 NERI, M. Mapa da nova pobreza. Rio de Janeiro: FGV Social, junho/2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>.
- 7 REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.
- 8 FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome: FAO, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0639en>.
- 9 PNUD. Human Development Report 2021/2022. Uncertain times, unsettled lives – Shaping our future in a transforming world. New York: United Nations Development Programme, 2022.
- 10 LIMA, P. G. C.; PISCITELLI, R. B. Reforma tributária: desigualdade, progressividade e proposições legislativas. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento, Volume 8, nº 1, 2018. Disponível em: http://assecor.org.br/files/2115/2828/6860/reforma_tribut_ria__desigualdade__progressividade_e_proposi__es_legislativas_.pdf.
- 11 INESC. A conta do desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2021. Brasília: Inesc, 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf>.
- 12 CEPAL. Panorama fiscal de América Latina y el Caribe 2015: dilemas y espacios de políticas. Santiago: Cepal, 2015.
- 13 Sobre a importância da indústria no desenvolvimento e na redução da desigualdade, ver, por exemplo, LIMA, P. G. C. Políticas de desenvolvimento produtivo. In: Gimene, M. Por uma economia política: inclusiva, criativa e sustentável, volume 1. Brasília: Fundação João Mangabeira, Escola Miguel Arraes, 2020.
- 14 Ver, por exemplo, LIMA, P. G. C. Políticas econômicas no enfrentamento da crise provocada pela pandemia de Covid-19. Cadernos ASLEGIS, n. 58, 1º Semestre 2020. Disponível em: <https://www.aslegis.org.br/files/cadernos/caderno58/politicas.pdf>.

Banco universal contemporâneo: instrumento estratégico para promover o desenvolvimento

Por Cézar Manoel de Medeiros



Cézar Manoel de Medeiros

Economista pela UFMG, mestre em Desenvolvimento e Planejamento Regional, doutor em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, criador e gestor do FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento Comunitário Rural) do Banco do Brasil.

Este artigo procura enfatizar a importância dos bancos, ou conglomerados financeiros, denominados Bancos Universais Contemporâneos, como motores da promoção do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades regionais e sociais, em lugar do enfoque que os considera meros intermediários de fluxos financeiros entre poupança e investimentos, e de prestação de serviços inerentes à circulação de mercadorias.

O papel dos bancos como instrumentos estratégicos para promover o desenvolvimento tem sido destacado por vários autores, entre os

quais: Keynes, que ressalta o papel dos bancos para promover o investimentos independentemente da constituição de poupança prévia; Schumpeter, que considera os bancos como Estado Maior do Sistema Capitalista; e Hilferding, que cria a expressão Bancos Universais para destacar parcerias acionárias cruzadas, tanto entre bancos e empresas quanto entre empresas e bancos que envolvem um processo de elevação e diversificação de transações financeiras.

Neste sentido, Minsky detalha situações financeiras das empresas em relação aos seus níveis de endividamento, principalmente junto aos bancos:

1- de plena cobertura, que diz respeito à capacidade empresarial para cumprir compromissos com amortizações e com juros;

2- intermediária, que considera a situação em que a empresa gera superávits financeiros suficientes apenas para arcar com os juros, mas necessita manter total, ou parcialmente, o nível da dívida;

3- de fragilidade financeira, que se refere à incapacidade empresarial, tanto para arcar com os juros, quanto para amortizar seu endividamento. Esta situação financeira da empresa envolve a necessidade extrema de elevar seu nível de endividamento para evitar o encerramento de suas atividades operacionais.

Zysman resume o papel do mercado de capitais, do sistema de crédito e da combinação entre o sistema de crédito e o mercado de capitais para financiar investimentos visando o equilíbrio financeiro da empresa. A França prioriza o crédito para financiar investimentos, o Reino Unido e os EUA enfatizam o mercado de capitais, enquanto a Alemanha e o Japão adotam os bancos universais constituídos de bancos comerciais em conjunto com bancos de investimentos.

O sistema financeiro vem experimentando, nas últimas décadas, um processo de concentração e conglomeração, com participações acionárias cruzadas entre bancos e empresas não financeiras industriais, comerciais e de serviços. Recentemente vem sendo observado também um crescente movimento de lançamento de *fintechs* financeiras.

Neste contexto, é importante ressaltar que o sistema bancário brasileiro vem experimentando significativas transformações antes mesmo de 1965, quando da criação do Banco Central. Tem consolidado os movimentos de intermediação, de diversificação e de concentração por intermédio de atuação em todos os segmentos monetários e não-monetários; do crescimento vertical e da expansão horizontal. Assim, tem acumulado crescentes lucros, bens patrimoniais

e significativo crescimento de sua participação na renda nacional.

Os grandes e complexos conglomerados financeiros, ou Bancos Universais Contemporâneos, atuam, portanto, em todos os segmentos dos mercados monetário e não-monetário: banco comercial; banco de investimentos; leasing; financeira; seguradora; crédito ao consumidor; crédito imobiliário; administração de planos de saúde e de aposentadoria complementar; turismo; etc. Logo, estão plenamente capacitados ao exercício da centralização da movimentação financeira e reúnem plenas condições para compor um mix de captação de recursos que viabilizam empréstimos de curto, de médio e de longo prazos; aquisições de títulos mobiliários (debêntures, participações acionárias em empresas não-financeiras e em investimentos próprios, etc) sem prejuízo de adequados níveis de liquidez.

As empresas não-financeiras, quando não acumulam fundos operacionais e lucros excedentes suficientes para financiar, na velocidade requerida, suas estratégias de investimentos em inovações tecnológicas, na expansão e na diversificação de sua capacidade produtiva, são levadas a recorrer às instituições financeiras, que aproveitam para negociar, ou até mesmo para impor a movimentação/circulação





O sistema bancário brasileiro (...) tem acumulado crescentes lucros, bens patrimoniais e significativo crescimento de sua participação na renda nacional.



de capital-dinheiro, seja como intermediários de fundos já poupados, seja como estruturadores de fundos rotativos capazes de lastrear linhas de crédito; ou ainda para estreitarem relações através de participações acionárias cruzadas entre as empresas não-financeiras e os bancos, reduzem os custos dos investimentos das empresas não financeiras, as quais, em processo contínuo e crescente de reciprocidades, centralizam suas movimentações bancárias naquelas instituições financeiras parceiras, o que

resulta na sustentação e na realimentação dos fundos rotativos para financiar novas aplicações.

Os cinco grandes conglomerados financeiros nacionais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander, estão configurados como verdadeiros BUC's (Bancos Universais Contemporâneos) e também reúnem as condições necessárias e suficientes para estruturar fundos rotativos (finance) baseados em parcelas de captação de recursos com compromissos de curto prazo (depósitos à vista e aplicações financeiras) que proporcionam empréstimos de curto e de médio prazos para capital de giro para empresas de qualquer porte, empréstimos-ponte para pré-investimentos, crédito direto ao consumidor para pessoas físicas, etc.

Ao mesmo tempo, possibilitam a estruturação de linhas de crédito de longo prazo e lançamentos de títulos mobiliários (debêntures, fundos de investimentos em participações, fundos de investimentos imobiliários, IPOs, etc), seja para substituírem os empréstimos de curto prazo por mecanismos financeiros adequados quanto a prazos de amortizações e juros, seja para viabilizarem investimentos em diversificação, expansão e modernização da estrutura produtiva, ou mesmo para promoverem projetos de infraestrutura (logísticas de distribuição, telecomunicações, matriz energética, saneamento básico, mobilidade urbana).

Em suma: em uma estrutura altamente oligopolizada como é o caso do sistema financeiro brasileiro, cabe aos Bancos Públicos Universais, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia, tomarem a iniciativa para reduzir spreads e outros encargos financeiros, com duplo objetivo: diferenciação estratégica visando tanto ampliar suas participações no mercado financeiro quanto exercer suas funções de bancos governamentais e, deste modo, induzir o sistema financeiro como um todo ao exercício de seu verdadeiro papel como um dos principais motores do processo de desenvolvimento em seu mais amplo sentido: promoção do crescimento econômico, sem prejuízo do controle da inflação, e, ao mesmo tempo, diminuir desigualdades sociais e regionais.



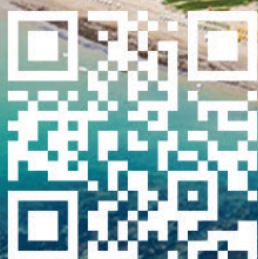
SINCE 2022

XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

“O papel do Sistema
Cofecon/Corecons na superação da
crise e retomada do desenvolvimento”

Saiba mais!

Aponte a câmera do seu
celular para o código QR!



2 a 4 de novembro
João Pessoa - PB

Celso Furtado e o método histórico-estrutural: ferramenta para compreender o Brasil contemporâneo

Por Alexandre de Freitas Barbosa

Todos os que tivemos a possibilidade de participar das atividades relacionadas ao Centenário de Celso Furtado, em 2020, tivemos um banho de alma. Num momento em que o Brasil vivencia um discurso e uma prática antidesenvolvimento como nunca antes na história, seu suporte metodológico e exemplo de intelectual engajado servem de ponto de partida para o enfrentamento dos dilemas do Brasil contemporâneo.



Alexandre Barbosa

Professor de História Econômica e Economia Brasileira no IEB-USP e coordenador do núcleo temático Repensando o Desenvolvimento, do LabIEB. Autor dos livros "O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia" (Editora Alameda); e "Um nacionalista reformista na periferia do sistema: reflexões de economia política" (Editora Fino Traço).



DESENVOLVIMENTO

é ser dono do próprio destino

Nas atividades de que tenho participado para discorrer sobre Furtado e outros intelectuais de sua geração – tais como Rômulo Almeida, Ignácio Rangel, Helio Jaguaribe, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro – é costume ouvirmos a sua saudação seguida de lamento sobre a falta que eles nos fazem. Esse sentimento de orfandade sugere a necessidade de novos “gigantes”.

Tenho respondido a esse sentimento genuíno da seguinte maneira: as condições que permitiram a emergência destes intérpretes do Brasil nos anos 1950 já não existem. Eles foram os criadores das nossas instituições estatais e acadêmicas, tendo protagonizado o salto realizado entre 1945 e 1964, durante o Brasil Desenvolvimentista.

Que condições eram essas? Os “intelectuais orgânicos do Estado” e os “intelectuais críticos da academia”², apesar das suas diferenças, encaravam o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, sob a chave do subdesenvolvimento ou de uma sociedade de classes em formação. A partir de suas posições sociais, teorizaram e procuraram intervir no processo de transformação social.

Vivemos em outro país. A expansão dos cursos de economia e de Ciências Sociais, com as suas pós-graduações, formaram quadros competentes, apesar de geralmente presos às suas lentes disciplinares. O Estado, por sua vez, não possui um núcleo orgânico, sendo composto por quadros bem treinados no segundo e terceiro escalões, com pouca capacidade de influência decisória.

Com extrema lucidez, já em 1985, o próprio Furtado percebia que “a complexidade do sistema econômico, suas múltiplas formas de vinculação internacional e a maior espessura do tecido social já não permitem pensar em projetos de engenharia social”³

Portanto, inexistem as condições para a gestação de “novos Furtados”. Neste sentido, gostaria de argumentar

que o principal legado do mestre é o método histórico-estrutural - desde que praticado pelas novas gerações para forjar novas interpretações sobre o Brasil e o capitalismo contemporâneo, articuladas a projetos e utopias desejáveis, viáveis e exequíveis.

Esse método, mais que uma teoria rígida, parte da desigualdade estrutural do capitalismo entre centros e periferias. Ao flagrar a conformação do sistema mundial capitalista, sempre remodelada historicamente, o intérprete, munido de sua ferramenta, pode conceber – por meio da interpretação casada da acumulação de capital, da estratificação social e da estrutura de poder⁴ – novas oportunidades de ação no sentido do “desenvolvimento”.

Afirmar a atualidade de Furtado, a partir de uma visão impressionista de elementos do processo histórico, encarados de forma isolada e desprovidos de uma lapidação crítica dos conceitos utilizados, não basta! Parto do pressuposto que “atualizar” um intelectual como Furtado significa assimilar o seu método para dele formularmos novas interpretações.

Acredito que aí se encontre a senha para superarmos o sentimento de orfandade. Se as condições de produção do conhecimento no país mudaram, o método segue vivo. Este Furtado merece ser recuperado, suscitando interpretações originais a partir dos novos intérpretes-atores sociais. Mas como assimilar o seu método?

Gostaria de desenvolver o argumento de que o método histórico-estrutural, tal como praticado por Furtado, aprimorou-se ao longo de sua produção. Neste sentido, *Formação Econômica do Brasil* (1959) é seu fruto mais portentoso, seguido de *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) e de *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978). As categorias, o foco analítico e as narrativas produzidas mudam, refletindo o amadurecimento metodológico, que capacita Furtado a acompanhar o processo histórico que corre diante de si. O método é a matriz da qual se originam as diferentes interpretações do Brasil sob sua pena.

A título de exemplo, em 1959, o raciocínio por contraste entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos acenava para uma unidade



contraditória do capitalismo e passível de transformação desde dentro para fora. Porém, com a própria reorganização da economia mundial capitalista, protagonizada pelas empresas transnacionais, o centro passa a reorganizar o espaço da periferia conforme os seus desígnios e com o apoio de centros de decisão internos crescentemente desnacionalizados.

O seu raciocínio se faz dialético para dar conta da realidade: em vez da superação do subdesenvolvimento, temos a sua entronização por meio de uma acumulação de capital deformada e de uma estrutura de classes marcada pela desigualdade, em que os segmentos mais poderosos e influentes tomam de assalto o Estado, transformando o país num exemplo do “mau desenvolvimento”⁵. O subdesenvolvimento anda de mãos dadas com o aprofundamento da dependência.

Abro aqui um breve parêntese. O método histórico-estrutural não é uma criação cepalina. A CEPAL trouxe uma nova doutrina, empiricamente embasada, que abriu novas perspectivas para o pensamento econômico latino-americano. Entretanto, faltava um método capaz de flagrar as transformações estruturais de longa duração, não circunscritas apenas às variáveis econômicas. Se Celso Furtado se destaca neste empreendimento, ampliando os horizontes de interpretação e as possibilidades de ação transformadora, o método tem as suas raízes em Caio Prado Jr., culminando com a obra clássica de Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1974).

Segundo essa formulação, o método histórico-estrutural é o alicerce em torno do qual giram várias interpretações do Brasil, não apenas produzidas por economistas. Estas, por sua vez, se vinculam a um estilo de interpretação (histórico-estrutural) enraizado no Brasil, entre 1940 e 1980, a partir de diversas variantes teóricas.

Furtado representou o ápice do método histórico-estrutural no Brasil, ao produzir a sua sequência de interpretações sobre o Brasil do século XX, tendo como pano de fundo as incompletudes e potencialidades do país, desde sempre inserido no capitalismo em constante transformação.

Os intelectuais filiados a este estilo de interpretação – tanto os seus contemporâneos, como os que vieram depois – seguiram nesta trilha, mesmo quando o questionavam ou pretendiam superá-lo. Partiram do mesmo código-fonte para produzir as suas interpretações do Brasil tomando por base nas novas contradições, reprocessadas de fora para dentro, pelas transformações do capitalismo mundial e do sistema centro-periferia.

Esse código-fonte possui maleabilidade suficiente, podendo ser operacionalizado a partir dos marcos teóricos marxistas, weberianos, institucionalistas, pós-keynesianos e/ou schumpeterianos - desde que não se perca de vista os aspectos políticos, sociais e culturais que conformam uma totalidade histórica.

A inacessibilidade deste código-fonte pelos economistas neoclássicos é o que explica a sua tão corriqueira (des)leitura de Furtado⁶.

“Furtado representou o ápice do método histórico-estrutural no Brasil, ao produzir a sua sequência de interpretações sobre o Brasil do século XX (...).”

Paradoxalmente, Furtado, mesmo se por eles desfibrado, serve como a sua contrarreferência para se pensar o Brasil. O equívoco é grave: não conhecem o seu pensamento e, tampouco, o método. Além de duplo, pois recorrem a um frágil falseamento das suas hipóteses, para em seguida inverter as “suas teses” e chegar ao “modelo ideal”, despido de qualquer contextualização histórica. Vejamos um exemplo corriqueiro: Furtado “defendeu a substituição de importações para superar o subdesenvolvimento” (primeiro equívoco); então “basta abrir a economia, privatizar e atrair capital externo” (segundo equívoco).

O leitor economista talvez se pergunte: mas como eu posso acessar este código-fonte? E mais, se o método vai além da economia, de que serve a minha formação?

Vejamos o que pode nos dizer o método, ensaiando uma resposta. Não temos acesso à economia brasileira sem que conheçamos as constantes transformações por que passa o capitalismo como totalidade histórica, (des)reorganizando os centros e as periferias.

Neste sentido, o Brasil voltou a ser um mosaico de economias com parca articulação entre si. Isso significa que a heterogeneidade estrutural – tecnológica, social e regional – é a marca do subdesenvolvimento reconfigurado. A dependência permeia o tecido produtivo, o Estado e a estrutura de classes, assim como as nossas concepções sobre a economia. Inexiste,

portanto, *uma* economia global, *um* capitalismo e, nem menos, *um* espaço de acumulação no território nacional, pois o sistema socioeconômico apresenta várias formas de reprodução.

É por isso que o mestre afirma que “os novos desafios são de caráter social, e não basicamente econômico, como ocorreu na fase anterior de desenvolvimento do capitalismo”. E que a “imaginação política” tem que passar para o primeiro plano⁷. Daí a necessidade de reformas, não as *deles*, mas aquelas capazes de incluir a massa de desvalidos às políticas sociais e à cidadania, articulando os vários sistemas socioeconômicos internos, e promovendo uma nova inserção internacional.

Para Furtado, o conhecimento das técnicas e teorias econômicas é meio e não fim. Ao economista, não cabe prever comportamentos e o funcionamento das variáveis ditas econômicas, mas sim atuar sobre elas, a partir de uma compreensão da realidade histórica, e no sentido do “desenvolvimento”. Trata-se de articular produtividade com inclusão social, de pilotar as elites e os movimentos sociais para a reconstrução nacional possível, reformando a estrutura do Estado. Somente assim poderemos avançar para além da couraça economicista que transformou o “desenvolvimentismo” num debate estéril entre ortodoxos e heterodoxos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2 BARBOSA, Alexandre de Freitas. O Brasil Desenvolvimentista e a trajetória de Rômulo Almeida: projeto, interpretação e utopia. São Paulo: Alameda, 2021, parte III.

3 FURTADO, Celso. Diários Intermitentes: 1937-2002. Organização de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 322. Anotação de 19/02/1985.

4 FURTADO, Celso. Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 29-30.

5 FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10-11.

6 BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Formação Econômica do Brasil, 60 anos depois”, In: Celso Furtado e os 60 Anos de Formação Econômica do Brasil. SAES, Alexandre Macchione; BARBOSA, Alexandre de Freitas, orgs. São Paulo. Edições SESC, 2021, p. 421-423,

7 FURTADO, Celso. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 33.



Amazônia, bioeconomia e a busca por soluções sustentáveis

Por Marcus Eduardo Oliveira



Marcus Eduardo Oliveira

Economista e ativista ambiental. Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP). Autor de "Civilização em Desajuste com os Limites Planetários" (CRV, 2018).

A condição climática está no limite. Se nada for feito para reduzir drasticamente a curva global de emissões de gases de efeito estufa, o desempenho da vida moderna, do jeito como a conhecemos, será ainda muito mais incerto, para não dizer taxativamente que será catastrófico. Não faltam exemplos de como todos nós seremos afetados pelo aquecimento global, o mais impactante desafio que a humanidade tem pela frente.

Pensando de forma particular nas possibilidades que temos de resolver parte considerável de nosso desequilíbrio socioambiental, o que mais interessa aqui é estimular o debate atual pela busca por soluções

sustentáveis, especialmente visando tirar de cena, a partir de um esforço comum, a chamada economia da destruição da *natureza*, quer dizer, "eventos" nocivos como garimpo, queimadas, desmatadores ilegais (ações criminosas), extrações irregulares e utilização inadequada de recursos naturais.

Enquanto a bioeconomia é vista lá fora como uma estratégia e como ponto de apoio para superar a economia dependente de combustíveis fósseis e transitar para uma economia baseada em insumos biológicos, não é difícil presumir, em nosso caso particular, que a combinação Amazônia-bioeconomia, tema emergente (na verdade, um conceito ainda em construção), especialmente quando vista em toda sua amplitude, pode – e deve – se tornar um arrojado projeto de industrialização própria, centrada no aproveitamento da biodiversidade (recursos de base biológica). Um projeto que, acima de tudo, valorize o bioma e recomponha a floresta.

É válido começar a identificar a bioeconomia como um paradigma produtivo e reprodutivo, uma ação complementar voltada à produção de riqueza, a partir da valorização da diversidade biológica, particularmente diante de todo o potencial biodiverso na Amazônia.

São imensas as possibilidades sobre isso. O assunto é vasto, mas essa combinação possibilita, além do mais, dar vida a algo que ainda não conseguimos levantar com suficiente habilidade: um inovador modelo de produção

sustentável com inigualável capacidade de transformar biorecursos recicláveis e renováveis.

Falta, no debate contemporâneo, discutir a fundo um modo de produção que vise superar o contraproducente modelo socioeconômico de exploração predatória que já conta mais de 40 anos de vida na região mais biodiversa do planeta.

Em síntese, olhos postos no fabuloso ativo econômico que é a Amazônia Legal Brasileira (58,9% do território do Brasil; 25 milhões de habitantes, dos quais 18 milhões estão em áreas urbanas; 773 municípios, mas somente 35 cidades possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal igual ou acima da média nacional; um terço das árvores do mundo e 20% do estoque de água doce do planeta; mas que contribui apenas com 8% do PIB do Brasil), a bioeconomia, ou o “desenvolvimento bioeconômico”, ou ainda a “bioindustrialização da Amazônia”, como também tem sido chamada, é a porta de entrada para estimular estratégias de defesa ambiental (manter a floresta em pé, valorizando e conservando nossa biodiversidade), seguidas de um amplo conjunto de ações voltadas a valorizar as comunidades locais (povos da floresta), aproveitando recursos disponíveis, produzindo em áreas abertas, aumentando as oportunidades e o poder de escolha.

Vale insistir: bioeconomia, em nosso caso, deixando de lado as muitas definições, objetivos e enfoques já existentes no cenário internacional, diz respeito, sobretudo, a “soluções eficientes no uso de recursos biológicos”.

Basicamente, trata-se de uma ideia que aproxima a bioeconomia da realidade

amazônica a partir de três temas que convém destacar: (1) conservar o ativo florestal (isto é, exploração sustentável de produtos florestais, o que obviamente requer investimentos em infraestrutura sustentável); (2) combater as ilegalidades (não apenas, mas principalmente a grilagem de terras); e, (3) reconhecer a contribuição de agricultores familiares, comunidades indígenas e tradicionais (o que significa, por óbvio, dar apoio aos povos locais, valorizando suas diferentes formas de produção e integração econômica).

Numa perspectiva mais aberta, a proposta da bioeconomia se ajusta à necessidade de transformar as relações entre sociedade (sociedades humanas) e natureza (a floresta) para se chegar ao ideal, qual seja, preservar o equilíbrio biótico e climático do planeta, sem esquecer as estratégias de desenvolvimento em linha com os critérios de sustentabilidade.

Longe de qualquer otimismo fantasioso, está muito claro que na mesa de negociação em torno da proposta da bioeconomia na Amazônia (e aqui reiteradamente observando a Nova Economia da Amazônia – NEA-BR, uma proposta de diversificação econômica com base na biodiversidade, abarcando a ideia vital de floresta em pé e os rios fluindo) está a necessidade de conservar o ecossistema, condição que responde pela saúde do meio ambiente no mundo contemporâneo.

Essa *nostra bioeconomia*, chamemos assim, se diferencia das demais por ter como características-chave alguns dos mais importantes valores conhecidos e desde há muito reclamados: indução ao desmatamento zero; conser-

“Se nada for feito para reduzir drasticamente a curva global de emissões de gases de efeito estufa, o desempenho da vida moderna, do jeito como a conhecemos, será ainda muito mais incerto, para não dizer taxativamente que será catastrófico.”

vação da floresta; ordenamento territorial; combate a ilegalidades; manutenção dos direitos indígenas, de populações tradicionais e camponeses; distribuição justa de benefícios; investimentos em ciência e tecnologia e assistência técnica adequadas à sua produção (Costa, F. et al).¹

Tanto para a economia quanto para o meio ambiente, com repercussão imediata no bem-estar de toda população, a proposta da bioeconomia, aliada à utilização de novas tecnologias, se inscreve num quadro de estratégia-elementar para o desenvolvimento de produtos e negócios sustentáveis, resgatando assim gritante carência em nossa histórica estratégia de desenvolvimento: o esboço de um paradigma de desenvolvimento social local capaz de fazer uso da “marca” brasileira de mais destaque em todo o mundo, a Amazônia, verdadeiro sistema de suporte de vida global.

Com a proposta da bioeconomia é absolutamente possível fazer a economia funcionar respeitando a diversidade amazônica, ao mesmo tempo em que são criados negócios baseados na sociobiodiversidade. De toda sorte, seja no curto ou no longo prazo, a proposta da bioeconomia, fator decisivo, precisa ser entendida como valiosa possibilidade de sepultar o modelo vigente de economia linear que depende da extração contínua, de onde resulta, e não é novidade alguma, a degradação dos ecossistemas e das culturas locais.

Baseado no estudo *Changes in the Global Value of Ecosystem Services*, organizado por Robert Costanza, com a Amazônia em pé e com os rios fluindo (18% do fluxo de água que corre para os oceanos vem da Amazônia), a valorização dos diversos produtos da biodiversidade amazônica (de fármacos à cosméticos; de frutas e sementes



à produção de óleos vegetais; de fermentação de produtos às fibras; da produção de manteiga de cupuaçu à negócios com borracha natural), pode colocar nos cofres brasileiros a importância de 7 trilhões de reais por ano.²

A razão é bem simples de entender: bons estímulos aos sistemas agrofloretais (isto é, a associação de culturas agrícolas em uma mesma área) em toda a Amazônia, que trazem renda cinco vezes maior do que a pecuária e duas vezes maior que a soja, “formam” a base daquilo que um dia a saudosa geógrafa Berta Becker (1930-2013) chamou de economia do conhecimento da natureza, uma verdadeira revolução científica e tecnológica na Amazônia, ação de fundamental importância para a adaptação climática.

Os especialistas costumam dizer com certa frequência que enquanto a pecuária e a soja demandam 240 mil quilômetros quadrados para gerar R\$ 604 por hectare ao ano, alguns alimentos amazônicos (cacau, açaí, castanha-do-Brasil, óleo de copaíba, borracha, pupunha, não necessariamente nessa ordem) demandam 3.550 quilômetros quadrados em sistemas agrofloretais e resultam em R\$ 12,4 mil por hectare ao ano. Somente o cacau, que ajuda na recuperação da mata nativa, rende sete vezes mais que a pecuária, enquanto a riqueza gerada pelo ciclo do açaí (e já são mais de 500 mil extrativistas envolvidos nesse cultivo) movimentam mais de 3 bilhões de reais por ano.

Sistemas de sustentabilidade socioambiental, como é o caso da bioeconomia, voltados a valorizar tanto as culturas locais quanto os ativos biológicos e biomiméticos que outros países desconhecem, e que incentivem a produção sustentável em linha com as leis fundamentais da natureza, devem necessariamente estar no centro do debate atual. Na verdade, toda a proposta de bioeconomia deve ocupar espaço principal em nossa agenda de desenvolvimento, o que necessariamente pode incluir a agenda científica, econômica e ambiental. Mesmo em termos de coordenação política, os especialistas não cansam de avisar que a bioeconomia também deve ser vista como uma proposta (ação efetiva) pela qual o Brasil pode liderar a economia circular no mundo moderno.

Mas, ainda assim, precisamos reconhecer uma de nossas mais imperdoáveis falhas: em tempos de urgência, soa estranho um País como o Brasil, dono de 20% da biodiversidade mundial, não ter conseguido, até o momento, efetivar um amplo e consolidado programa estratégico de desenvolvimento com o uso sustentável da

biodiversidade na Amazônia. Essa inaceitável falha se mistura ao atraso histórico que marca nossa conturbada relação com a Amazônia. Não surpreende, mas chega a ser chocante perceber que as forças (políticas e corporativas) que *sempre* tomam as decisões econômicas no Brasil não tenham se dado conta, ainda, que a floresta em pé é muito mais lucrativa do que os atuais modelos degradantes de extração ininterrupta de recursos.

Estamos perdendo tempo. É cada vez mais urgente mobilizar a bioeconomia na região amazônica e pôr em prática um modelo econômico alternativo para a nossa grande Floresta.

No detalhe: em 2017, pelo menos um país em cada continente tinha uma estratégia aprovada em bioeconomia, exceto na América Latina e na Austrália. Na América Latina, a Costa Rica foi o primeiro país a publicar uma estratégia nacional dedicada à bioeconomia, em agosto de 2020 (IACGB, 2020).³



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COSTA, F. et al. Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical Disponível em < https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/2022-07/NEA-BR_Bioeconomia_PT.pdf> Acesso em: 9 Set 2022.

2. Para mais detalhes, ver < <https://ppa.org.br/bioeconomia-uma-chave-de-desenvolvimento-potente-e-sustentavel-para-a-amazonia/>> Acesso em: 10 Set 2022.

3. International Advisory Council on Global Bioeconomy – IACGB (2020). Global Bioeconomy Policy Report (IV): A decade of bioeconomy policy development around the world. Disponível em: https://gbs2020.net/wpcontent/uploads/2020/11/GBS-2020_Global-Bioeconomy-Policy-Report_IV_web.pdf. Acesso em: 9 Set 2022.

A DESCOMPLICANDO ECONOMIA

Publicações semanais em quadrinhos com conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral.



Saiba mais!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!





Taxas de juros civilizadas: principal desafio da política macroeconômica

Por Fernando de Aquino

A partir da crise de 2008, vários bancos centrais passaram a atuar diretamente sobre as taxas longas com programas de compras de ativos

Nas últimas três décadas, em apenas poucos e curtos períodos as taxas de juros no Brasil não estiveram entre as três maiores do mundo, mantendo a economia com crescimento pífio, mesmo nas melhores fases do ciclo. Esse fraco desempenho resulta do crédito ao setor real demasiadamente caro e das exageradas despesas do governo com juros, o que induz a compensá-las com drásticas retrações das despesas com investimentos públicos, travando a atividade econômica pelas duas vias. Não menos grave é o mecanismo de concentração de renda que se estabelece em favor do setor financeiro e dos outros detentores de títulos.

A situação persiste em função do uso apenas da taxa de juros de curtíssimo prazo para controlar a inflação. O Banco Central do Brasil (BCB) e muitos economistas argumentam que os níveis de juros praticados são muito altos devido à rigidez da inflação entre nós, decorrente de um histórico de inércia inflacionária que fortalece os chamados efeitos de segunda ordem – disseminação de repasses de elevações de custos e de inflação passada. A adoção de outros instrumentos viabilizaria reduções substanciais dessas taxas.

Precisaríamos de um conjunto de instrumentos - parte deles não estando ao alcance do BCB, mas do Governo Federal, que passaria a atuar sobre mercados do setor real,

com vistas a amenizar o peso da estabilização de preços sobre as taxas de juros. Esse conjunto de instrumentos, à margem do BCB, abrangeria:

- Formação dos preços internos da Petrobras por critérios que não pressionem desnecessariamente a inflação. A atual paridade de preços de importação (PPI) beneficia apenas a empresa e seus acionistas, reduzindo o poder de compra dos demais agentes. Uma alternativa é a formação de preços com base nos custos reais, tanto externos como internos, o que reduziria os impactos das oscilações vindas do exterior. Outra opção é a criação de um fundo, financiado com os lucros extraordinários da própria empresa, para suavizar e até subsidiar os preços;



Fernando de Aquino

Economista pela UFPE, mestre em economia pelo Pimes/UFPE e doutor em economia pela UnB. Presidente e vice-presidente do Corecon-PE, 2011-2017. Atualmente é analista do Banco Central do Brasil e conselheiro coordenador da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia.

- Calibrar impostos indiretos, inclusive os de exportação e importação, para compensar choques de custos em produtos de grande peso para a inflação;

- Reorganizar o sistema de estoques reguladores para equilibrar a oferta dos produtos abrangidos, estabilizando seus preços;

- Reestruturar a matriz energética, ampliando a capacidade de produção de modalidades de mais baixo custo e menos poluentes, como a hídrica, eólica e solar, a fim de não mais precisar, em períodos de estiagem, de fontes caras e poluentes, como a térmica.

Não menos importantes são as adequações nos instrumentos do BCB, a fim de obter efeitos satisfatórios sobre a inflação com taxas de juros menores que as que vêm sendo praticadas. Os atuais procedimentos operacionais da política monetária são similares aos dos bancos centrais em geral até a crise financeira de 2008. No caso do Brasil, o Conselho Monetário Nacional (CMN) explicita um intervalo prévio como meta para a variação do IPCA em um ano e o BCB utiliza, quase que exclusivamente, a taxa Selic – que é a praticada com os bancos para empréstimos por um dia – para manter a inflação dentro daquele intervalo.

Como mecanismos de transmissão, os mais relevantes seriam a contenção da demanda pelo encarecimento do crédito e o barateamento do preço da moeda estrangeira pela atração de capitais externos para aplicação em títulos. Com a moeda estrangeira mais barata, ganha-se menos reais com exportações, aceitando-se preço menor vendendo internamente, e paga-se menos

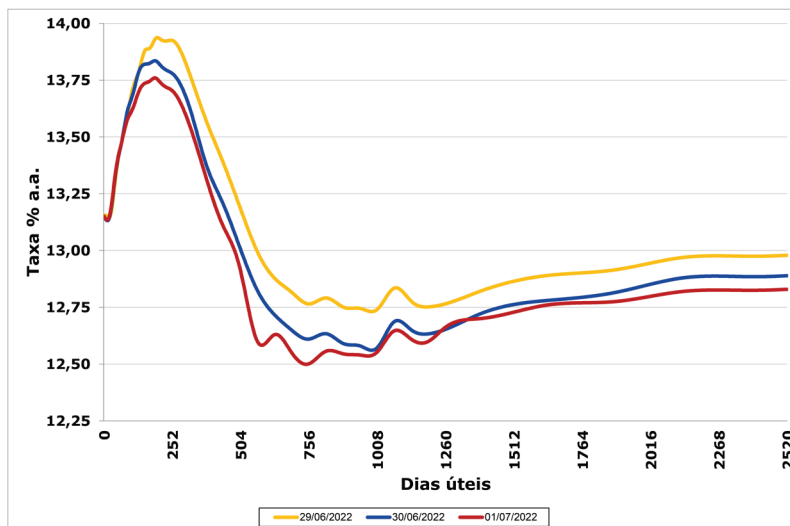
reais por importações, cobrando-se menos por importados e seus concorrentes internos.

A cada reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), cujos membros com direito a voto são o presidente e os diretores do BCB, a taxa Selic é estabelecida buscando-se atingir a “taxa de juros neutra”, que seria a curva de juros – taxas para os diversos períodos à frente – que levaria as expectativas de inflação a convergirem para as suas metas. Os desvios podem ser sempre atribuídos a choques de oferta ou de demanda, assim como a resultados fiscais ou externos, não antecipados pelos agentes, e por isso não incluídos nas expectativas de inflação. Em todo caso, em que pese tanta indeterminação, deve-se elevar a taxa Selic quando se identifica indícios e se obtém projeções de que a inflação extrapolará a meta e reduzi-la quando se espera que a economia acomode a redução sem pressões que levem a descumprir a meta.

Esse esquema convencional de política monetária exige que a taxa de juros por um dia seja suficientemente alta para elevar toda a curva na medida julgada requerida, quando se deseja reduzir a inflação. As curvas assim obtidas são muito voláteis, em função da reação do mercado aos eventos não antecipados. Quanto maior essa volatilidade da curva, mais elevada ela precisará ser mantida para se perseguir o nível de inflação pretendido. O gráfico mostra curvas de juros em três dias consecutivos, com a taxa Selic, controlada pelo BCB, exatamente a mesma, evidenciando a volatilidade resultante de um esquema em que elas são determinadas pelo mercado, com os agentes econômicos transmitido suas incertezas.

“O Banco Central do Brasil (BCB) e muitos economistas argumentam que os níveis de juros praticados são muito altos devido à rigidez da inflação. (...)”

Curva de juros



A partir da crise financeira de 2008, vários bancos centrais passaram a atuar diretamente sobre as taxas longas com programas de compras de ativos, um dos chamados, na literatura, “instrumentos não convencionais de política monetária”, induzindo a redução dessas taxas. Em resposta aos impactos da pandemia de COVID19, muitos outros bancos centrais, inclusive de economias emergentes, passaram a adotar esses programas.

Outro instrumento não convencional de política monetária, conhecido como “controle da curva de juros”, consiste no estabelecimento de meta, formal e explícita, para taxa de período mais longo que um dia, a qual o banco central garantiria por meio suas negociações com títulos ou swaps. Até agora são poucas as experiências com esse instrumento, destacando-se a do Banco do Japão (BoJ), que vem adotando a modalidade desde 2016. A avaliação do caso do BoJ, utilizando econometria de séries temporais (HATTORI et al, Yield Curve Control. 2020 Annual Meeting – American Economic Association, 2021), indica que as expectativas de rendimento dos investidores convergem, tornando os rendimentos dos títulos públicos japoneses, de todos os vencimentos, estacionários e menos voláteis, o que não ocorria com a realização de programas de compra de ativos progressivos.

Caso esse instrumento fosse aplicado no Brasil e alcançasse resultados similares, o BCB conseguiria maior controle da curva de juros, que também teria menor volatilidade. Com isso, taxas menores seriam suficientes para controlar a inflação e a taxa por um dia perderia sua importância na determinação dessa curva, podendo assim ser deixada livre ou mantida com valores substancialmente mais baixos do que tem sido os valores da taxa Selic.

A conveniência de se utilizar outros instrumentos também precisa ser analisada. Seria o caso de se estabelecer limites para taxas de juros, impedindo que se tornem exorbitantes, como as do cheque especial e do rotativo de cartão de crédito, assim como da utilização mais ativa de condicionantes de alavancagem de crédito, como os recolhimentos compulsórios e os índices de Basileia de regulação prudencial.

Um conjunto de instrumentos dessa natureza, à medida que viabiliza o controle da inflação com taxas de juros mais civilizadas, traria benefícios inestimáveis para a economia brasileira:

- Menores despesas com juros acomodariam melhor os investimentos públicos e outras que promovessem crescimento econômico e inclusão social;
- Com custo de captação menor e mais estável, as instituições financeiras poderiam prover crédito mais barato ao setor real;
- Com curva de juros mais baixa e a taxa por um dia substancialmente reduzida, a concentração de renda patrocinada pelas taxas de juros seria bem menos intensa.

Oficina de economia política

*Por Manoel Castanho, jornalista da
Coordenação de Comunicação*

No mês de agosto comemora-se o Dia do Economista e, como parte das comemorações, a economista Rosa Maria Marques, professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ministrou uma oficina de economia política, transmitida via internet pelo canal do Cofecon no YouTube. Todos os inscritos por meio da plataforma de Educação a Distância (EAD) do Cofecon receberam certificados.

Rosa, que também é ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política e autora de vários livros no campo da economia brasileira, capitalismo contemporâneo e políticas sociais, abordou três grandes temas durante as aulas realizadas nos dias 03 e 12 de agosto: dominância financeira, neoliberalismo e a questão ambiental.

Dominância financeira

A professora caracterizou o capitalismo contemporâneo mencionando o processo de mundialização do capital (globalização) – circula cada vez mais rápido, no mundo todo, e cria cadeias mundiais de valor. “Ao contrário do que alguns pensam, não impede a especialização de alguns países na produção de determinadas mercadorias”, afirmou Rosa. No período, o capital portador de juros, que já havia sido dominante entre o fim do século 19 e o início do século 20, teve um crescimento exacerbado.

Após a Segunda Guerra, há um período de 30 anos nos quais as economias crescem, bem como os salários e lucros, a qualidade de vida melhora e a industrialização se dissemina.



“No pós-guerra houve condições políticas muito particulares, com um fortalecimento de setores ligados a socialistas e das resistências ligadas ao enfrentamento do nazifascismo. E isso vai ser decisivo para definir como recuperar a Europa”, ponderou Rosa. As condições políticas do momento permitiram a implantação do Estado de bem-estar social (welfare state), a produtividade cresceu, os trabalhadores tiveram um crescimento do salário real e a taxa de crescimento do lucro começa a cair.

Rosa mencionou os três tipos de capital citados por Marx: capital industrial, comercial e a juros – sendo este último um dinheiro que faz dinheiro sem passar pelas agruras da produção. O capital portador de juros volta a ser dominante após o Choque do Petróleo, quando o pensamento liberal retorna na forma do neoliberalismo. “Toda a estrutura criada após o pós-guerra começa a ruir por meio de um processo de desregulamentação, que começa



As pessoas não entendem o que é o neoliberalismo. Ele é a expressão retórica dos interesses do capital portador de juros. O Estado só é mínimo em determinadas áreas(...)."

durante a pandemia, e depois que o presidente norte-americano Joe Biden anunciou seu plano de US\$ 6 trilhões para estimular a economia, muitos disseram que era o fim do neoliberalismo. “É um equívoco”, comentou Rosa. “No neoliberalismo não há um Estado mínimo; ele é robusto e muitas vezes aumenta o endividamento. O maior exemplo disso são os Estados Unidos. O que ocorre é uma diminuição de gastos com políticas sociais, mas existem outras, ligadas à indústria de armamentos, em que o gasto se eleva”.

Na visão da professora, as pessoas não entendem o que é o neoliberalismo. “Ele é a expressão retórica dos interesses do capital portador de juros. O Estado só é mínimo em determinadas áreas, mas o gasto nunca deixou de crescer, abrindo espaço para a acumulação de capital do setor privado”, argumentou Rosa. “A defesa do mercado, de que não haja regulamentações, é uma justificativa para que o interesse do capital financeiro encontre eco e respaldo junto aos outros capitais e à sociedade em geral. O neoliberalismo só pode ir embora se, com ele, for também a dominância do capital a juros”.



primeiro na área financeira, mudando o câmbio e permitindo que houvesse saída e entrada de capital de um lado para o outro”, explicou a professora. Esta situação gera a supremacia dos credores da dívida pública, o fechamento de filiais quando a taxa de lucro é inferior à rentabilidade mínima e um nível de investimento muito baixo.

Neoliberalismo

Durante anos recentes, quando vários governos aumentaram significativamente os gastos

Capitalismo e meio ambiente

Durante a pandemia, com as medidas de isolamento social, houve uma queda no consumo e mudanças sensíveis na qualidade do ar e da água, com a presença de animais silvestres em lugares onde não se faziam mais presentes. Questionou-se, então, se estas mudanças seriam permanentes – e a economista pontua que isso não seria possível: “O consumo exacerbado, um dos traços do capitalismo contemporâneo, é um dos pilares mais importantes da sustentação da reprodução ampliada do capital”.

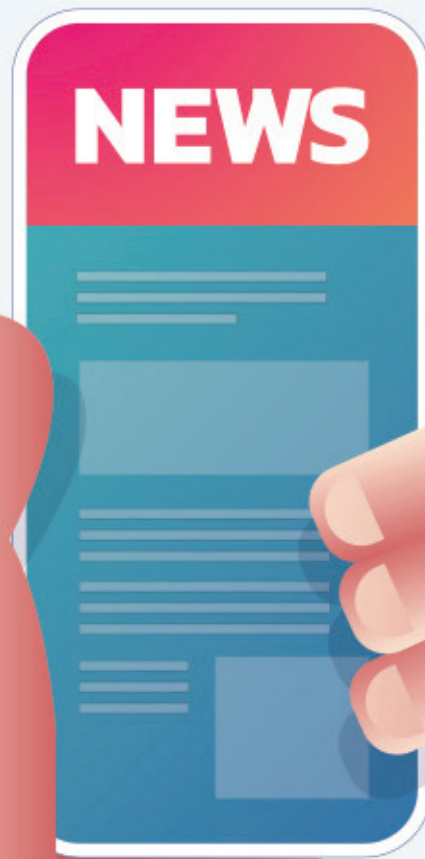
Em 1987 surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, algo que não agredisse a natureza e não exaurisse suas qualidades e potencialidades, garantindo a recuperação e o uso pelas gerações futuras. “O problema é que esta ideia tem como pressuposto a possibilidade de a reprodução do capital ser conciliável com a necessária ação reparadora. Mas esta conciliação não tem onde se apoiar” explicou Rosa. “O modo de produção capitalista independe da vontade do capitalista. Busca o aumento da produtividade, que é o meio de obter um lucro extraordinário, sem importar se o método é ecologicamente adequado ou não. Não há como conciliar o capitalismo com a natureza. Pode-se apenas mitigar”.

Por fim, apresentou conceitos como o Bem Viver e o Ecosocialismo. O primeiro está presente nos povos nativos da América do Sul; o último rejeita a ideia de progresso baseado em crescimento quantitativo. Para chegar neste resultado, seria preciso organizar a economia colocando as necessidades humanas e do planeta em primeiro plano, com um planejamento democrático, trazendo de volta a supremacia do valor de uso em vez do valor de troca. “Mas qualquer proposta neste sentido precisaria de um tempo de transição, e mesmo os autores não conseguem definir quanto”, concluiu.

Acesse a oficina em www.youtube.com/cofecon



Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



Assine agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Mulheres na economia: grandes nomes, mas reduzida participação

Por *Andrea Cabello e Fernando Lima*



Andrea Cabello

Economista, mestre em Economia e doutora em Economia pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora associada do Departamento de Economia da UnB.



Fernando Lima

Economista pela Universidade de Brasília e mestre em Teoria Econômica pela USP. Atualmente realiza pesquisa nas áreas de política monetária, finanças e economia aplicada.

A maior parte dos estudos sobre a carreira das mulheres economistas tem foco na área acadêmica, dado o viés que essa formação tem em muitos lugares. Estudos de produtividade com ênfase em gênero apontam os efeitos de filhos e de um número reduzido de horas trabalhadas sobre a situação laboral feminina (JACOBSEN, 1994). Entretanto, ainda que se considere os efeitos tipicamente avaliados pela literatura, a situação das mulheres na carreira de economista ainda seria desfavorável em relação à dos homens, e a diferença, muitas vezes, não é explicada pelas variáveis observáveis, sugerindo a presença de discriminação (GINTHER e KAHN, 2004).

Nos Estados Unidos alguns estudos mostram como, desde a década de 1970, as mulheres têm avançado na área de economia. Entretanto, os dados indicam que ainda há bastante a se fazer para falar em igualdade de fato. Segundo Ginther e Kahn (2004), o número de títulos de Doutor obtidos por mulheres era pouco menos que 10% do total na década de 1970 e chegou a pouco mais de um quarto do total no ano 2000, mantendo-se estável nesse patamar desde então. Em compensação, alguns estudos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, mostram que mulheres têm menores chances de obter estabilidade na carreira acadêmica (“tenure”) e que as diferenças não seriam totalmente explicadas pelas características observáveis dos professores e professoras (KAHN, 1993; McDOWELL, SINGELL E ZILIAK, 1999, 2001).



À medida que elas avançam na carreira – da graduação até o doutorado e depois na carreira acadêmica – menor é a proporção de mulheres em cada nível."

Apesar desses avanços, Buckles (2019) usa a expressão *"leaky pipeline"*, ou cano furado, para descrever a situação das mulheres na economia. À medida que elas avançam na carreira – da graduação até o doutorado e depois na carreira acadêmica – menor é a proporção de mulheres em cada nível.

Os números não são positivos quando comparados com outras áreas do conhecimento. Tanto nas ciências sociais quanto em campos da *"hard sciences"* como estatística, mulheres teriam uma representação maior entre os recipientes do título de doutor, apesar da economia ainda formar mais doutoras que a engenharia. Além disso, em comparação com outras áreas do conhecimento, o caminho da estabilidade na carreira acadêmica na economia seria mais longo e levaria mais tempo para ser alcançado. (GINTHER e KAHN, 2004).

Alguns buscam explicações para a estagnação da participação das mulheres na economia e outras áreas de STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*), como uma suposta falta de interesse ou dificuldade por matemática (JACOBSEN, 1994) ou como



o interesse por outros campos correlatos e mais próximos das ciências sociais que antes estavam inseridos na economia (FORGET, 2011). Entretanto, o que a literatura aponta de forma consensual é que a disparidade entre homens e mulheres na economia não é inteiramente explicada pelos dados.

Wu (2018) fez um estudo sobre o uso estereótipos de linguagem desfavoráveis às mulheres em fóruns da internet tipicamente acessados por recém doutorados em economia em busca de emprego. Muitas vezes, as discussões focam na aparência física e em informações de cunho pessoal. O estudo desse impacto foi considerável, pois levou a alguns considerarem que a economia teria um "problema com as mulheres" (BUCKLES, 2019), o que levou a reportagens no *Financial Times*, *The New York Times* e *The Economist* na época sobre o assunto.

Considerações sobre discriminação estão presentes desde a década de 1970. A *American Economic Association* organizou comitês e sessões para avaliar essas questões em mais de uma ocasião. O estudo de Wu (2018), inclusive, teria levado

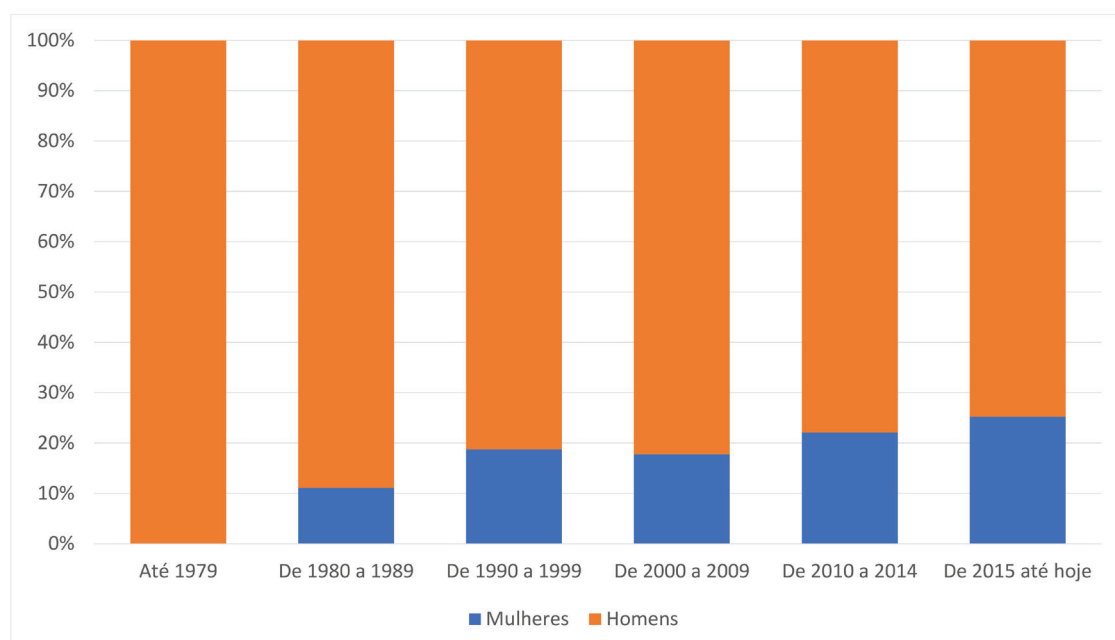
à organização, pela American Economic Association, de uma sessão intitulada *Women in Economics* em sua principal conferência, à formação de um Comitê em Equidade, Diversidade e Conduta Profissional e à adoção de um Código de Ética Profissional (BUCKLES, 2019). Além disso, deve ser mencionado também o desenvolvimento de áreas de estudo na economia voltadas para gênero, que, mesmo sem foco na carreira de economistas de forma específica, também mostram que a profissão se preocupa com estas questões.

A situação no Brasil

No Brasil, ainda é escassa a literatura sobre a trajetória de mulheres na economia. Nos estudos sobre os primórdios da carreira de economista no Brasil nada se fala sobre a presença de mulheres. Não que elas talvez não existissem, mas esse não é o foco de nenhum dos trabalhos sobre esses anos iniciais, sejam aqueles sobre a formação acadêmica (GUDIN, 1956; SIMONSEN, 1966; GARÓFALO E RIZZIERI, 2007; CABELLO, 2018; CABELLO e SALOMÃO, 2022), sejam aqueles que consideraram sua inserção no mercado de trabalho (LOUREIRO, 1992; 2006; SOLA, 1998).

A década de 1960 foi o momento em que começam a surgir os primeiros programas de pós-graduação em economia no país. O Curso de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE), ofertado pela Fundação Getúlio Vargas, foi um marco nessa formação e tinha o objetivo de treinar aqueles economistas que buscavam uma inserção em programas de pós-graduação no exterior. Em 1961, a primeira mulher faz parte de uma turma do CAE; entretanto, foram pouquíssimas as que participaram dessa formação – menos de 5% dos pouco mais de 70 concluintes eram mulheres (FGV, 2000). Dados da Capes¹ em relação à composição do corpo docente dos programas de pós-graduação em economia mostram que, em 2020, o homem com o doutorado mais antigo obteve seu título em 1969, enquanto a mulher obteve seu título apenas em 1981. O gráfico 1 mostra como o percentual de mulheres aumenta à medida que a formação desses economistas se torna mais recente.

Gráfico 1 - Distribuição de homens e mulheres por ano de titulação de doutorado entre os membros de PPGs em economia, 2020.



Elaboração própria. Dados da Capes²



Os dados do gráfico 1 sugerem que a situação no Brasil é semelhante à dos Estados Unidos – uma participação sujeita a um teto de 25-30% e com algum sinal de estagnação nesse crescimento. Apesar desse percentual reduzido, é preciso mencionar alguns nomes importantes de economistas que iniciaram suas carreiras nesse momento, como Alice Piffer Canabrava, que tinha formação em geografia e história e entrou para o corpo docente da FEA-USP na década de 1950; Maria da Conceição Tavares, portuguesa, matemática de formação, que talvez seja o principal nome da heterodoxia no Brasil; e Marilda Sotomayor, que passou por diversas instituições e é conhecida por suas publicações no exterior.

Hoje, a situação das mulheres na academia brasileira ainda é de participação reduzida. Segundo dados da Capes³, cerca de 20% dos membros de programas de pós-graduação (PPGs) em economia em 2020 eram mulheres. Entretanto, algumas diferenças importantes devem ser observadas. Por exemplo, entre os que fizeram doutorado no exterior, apenas 12% são mulheres, enquanto esse percentual é 10 pontos percentuais superior quando se considera aqueles membros de PPGs em economia que fizeram doutorado no Brasil. Isso sugere possíveis

restrições diferentes para estudar no exterior na época de formação. Em termos de área de formação, cerca de 25% das mulheres e 20% dos homens têm título de doutorado em outra área que não seja a economia. Curiosamente, o percentual de mulheres doutoras em áreas de exatas que participam de PPGs em economia é maior que o de homens – 13% e 10%, respectivamente.

Quanto às ações relacionadas ao tema no país, deve-se mencionar a pesquisa relacionada a questões de gênero empreendida por economistas como Regina Madalozzo (ver, por exemplo, MADALOZZO, MARTINS e SHIRATORI, 2010 e MADALOZZO, 2011), a formação de grupos como o “EconomistAs” da USP (com o objetivo de “comitê para avaliar o status de mulheres na área, na busca por entender as diferenças existentes entre os gêneros, para desenvolver atividades a favor da inclusão delas”)⁴ e eventos, como o organizado pelo Cofecon⁵, para discutir a inserção de mulheres na carreira.

Essas ações ainda são muito concentradas e pouco estruturais para lidar com a baixa representação de mulheres na carreira. Também são – como a maior parte dos estudos – focadas na academia. Dessa forma, temos ainda um longo caminho para traçar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset?organization=diretoria-de-avaliacao> Extração em agosto de 2022.

² <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset?organization=diretoria-de-avaliacao> Extração em agosto de 2022.

³ <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset?organization=diretoria-de-avaliacao> Extração em agosto de 2022.

⁴ <https://jornal.usp.br/atualidades/grupo-economistas-busca-fortalecer-a-presenca-de-mulheres-na-economia/> Acesso em Agosto de 2022.

⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5iNbD2JhdVc&feature=youtu.be> Acesso em Agosto de 2022.

BUCKLES, K. "Fixing the leaky pipeline: Strategies for making economics work for women at every stage", *Journal of economic perspectives*, 33(1), 43-60, 2019.

CABELLO, A. "The relations between graduate programs in economics in Brazil: A structural equivalence analysis". *Economia*, 19(2), 278-291, 2018.

CABELLO, A. e SALOMÃO, I. "Da Economia Política ao Ministério da Fazenda: a profissionalização dos economistas no Brasil", Mimeo, 2022.

FGV. Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas – EPGE/FGV (1961-1999). V. 1, mimeografado. Rio de Janeiro: 2000.

FORGET, E. "American women and the economics profession in the twentieth century", *Economia - History, Methodology, Philosophy*, (1-1), 19-30, 2011.

GARÓFALO, G.; RIZZIERI, J. "O Departamento de Economia da FEA/USP e o Pensamento Econômico Brasileiro", In: COELHO, F. e SZMRECSÁNYI, T. *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GINTHER, D. e KAHN, S. "Women in economics: moving up or falling off the academic career

ladder?", *Journal of Economic perspectives*, 18(3), 193-214, 2004.

GUDIN, E. "A Formação do Economista", *Revista Brasileira de Economia*, no. 1, pp. 53-70, 1956.

KAHN, S. "Gender Differences in Academic Career Paths of Economists." *American Economic Review*. May, 83:2, pp. 52–56, 1993.

JACOBSEN, J. *The economics of gender* (pp. 3-39). Cambridge, MA: Blackwell, 1994.

LOUREIRO, M. "Economistas e elites dirigentes no Brasil", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(20), 47-65, 1992.

MADALOZZO, R. "CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil?", *Revista de Administração Contemporânea*, 15, 126-137, 2011.

MADALOZZO, R., MARTINS, S. e SHIRATORI, L. "Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?", *Revista Estudos Feministas*, 18, 547-566, 2010.

MCDOWELL, J., SINGELL, L. e ZILIAK, J. "Cracks in the Glass Ceiling: Gender and Promotion in the Economics Profession." *American Economic Review*. May, 89:2, pp. 397– 402, 1999.

MCDOWELL, J., SINGELL, L. e ZILIAK, J. "Gender and Promotion in the Economics Profession." *Industrial and Labor Relations Review*. 54:2, pp. 224 – 44, 2001.

SIMONSEN, M. H. "O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil", *Revista Brasileira de Economia*, 20, n. 4, p. 19-30, 1966.

SOLA, L. *Idéias econômicas, decisões políticas*. Edusp, 1988.

WU, A. "Gendered language on the economics job market rumors forum", *AEA Papers and Proceedings*, Vol. 108, pp. 175-79, 2018.

Confira o Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



O SINCE do reencontro

*Por Manoel Castanho, jornalista da
Coordenação de Comunicação*



SINCE 2022

XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

“O papel do Sistema
Cofecon/Corecons na superação da crise
e retomada do desenvolvimento”

2 a 4 de novembro • João Pessoa - PB

O SINCE DO REENCONTRO



2 a 4 de novembro
UNINASSAU, João Pessoa - PB



Nos dias 02 a 04 de novembro a capital paraibana receberá o XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), evento realizado a cada dois anos para discutir questões relacionadas à formação e mercado de trabalho dos economistas, propostas de aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons e conjuntura econômica. Cerca de 300 economistas e estudantes de economia de todo o Brasil participarão do evento.

A realização do evento é de responsabilidade do Cofecon e do Corecon-PB, escolhido como sede, tendo uma comissão organizadora contendo o presidente e o vice-presidente de ambas as instituições, mais alguns integrantes escolhidos de forma paritária.

A expectativa é que o XXVII SINCE seja um encontro fértil para aprovar diretrizes que orientem a preparação de um projeto de reformulação dos Conselhos de Economia no sentido do fortalecimento da profissão de economista e que promova as mudanças institucionais necessárias para a continuidade a longo prazo de nossas entidades.

O tema central do evento será “O papel do Sistema Cofecon/Corecons na superação da crise e retomada do desenvolvimento”, e será debatido à luz dos resultados das eleições 2022. O assunto é desafiador, amplo e transversal, que reafirma o compromisso do Sistema



O tema central do evento será “O papel do Sistema Cofecon/Corecons na superação da crise e retomada do desenvolvimento”, e será debatido à luz dos resultados das eleições 2022.”

Cofecon/Corecons de colocar o conhecimento e a experiência dos economistas brasileiros em prol da transformação socioeconômica do País.

Além disso, o evento contará com painéis temáticos, sendo um deles para discutir a importância do legado de Celso Furtado como fonte de inspiração nas formulações de políticas de desenvolvimento em níveis regional e nacional.

Este era um debate programado, originalmente, para ocorrer em 2020 – ano do centenário de nascimento do ilustre economista paraibano. No entanto, a pandemia de Covid-19 e a necessidade das medidas de isolamento social obrigaram a postergar o evento para o ano de 2022, o que fará com que esta edição seja o SINCE do reencontro.

“O SINCE nos permitirá reencontrar os dirigentes, conselheiros, delegados e economistas que colocarão novamente em pauta grandes temas relacionados à atuação do Sistema Cofecon/Corecons, envolvendo a valorização profissional, o papel do Sistema e dos economistas na superação da crise atual e na retomada do desenvolvimento nacional”, comenta o presidente do Corecon-PB, Francisco Nunes.

O evento será realizado na Faculdade Maurício de Nassau (Uninassau) e é aberto à comunidade de economistas e estudantes de economia em geral, que podem se inscrever por meio do link cofecon.org/since/ e acompanhar os debates sobre os temas mencionados.

Programação

A programação do evento já está fechada, com destaque para a Palestra Magna sobre a superação da crise e a retomada do desenvolvimento. Ela acontecerá na abertura do SINCE, no dia 02, às 19:15. Na sequência haverá a entrega do XXVIII Prêmio Brasil de Economia, que reconhece a produção intelectual de economistas em quatro modalidades (monografia de graduação, artigo técnico/científico, artigo temático e livro de economia) e distribui um total de R\$ 18 mil aos vencedores, e do XI Prêmio Paraíba de Economia Professor Celso Furtado.

Durante o segundo dia de evento serão realizadas as atividades dos grupos de trabalho, que abordarão Formação, aperfeiçoamento profissional e mercado de trabalho; Modernização do Sistema Cofecon/Corecons; e Estrutura e conjuntura econômica, política e social do Brasil. Embora o evento seja aberto a toda a comunidade de economistas e estudantes de economia, em geral os participantes dos grupos de trabalho são compostos, em sua quase totalidade, pelos chamados “delegados” - economistas indicados pelos respectivos Conselhos Regionais de Economia, com direito a voto nos grupos e na plenária final do evento. A quantidade de economistas adimplentes em cada Regional determinará o número de delegados que cada um poderá inscrever no evento, iniciando com um mínimo de quatro (sendo um deles o presidente do Corecon) e acrescentando um delegado a mais para cada grupo de 700 economistas adimplentes.

Durante o terceiro dia, além das votações dos temas nos respectivos grupos de trabalho e da plenária final do evento, serão realizados os painéis temáticos. Os participantes terão a oportunidade de ouvir sobre o legado de Celso Furtado como fonte de inspiração nas formulações de políticas de desenvolvimento em níveis regional e nacional, e sobre as propostas para construção de uma Agenda de Desenvolvimento para o Nordeste. Já no Fórum da Mulher Economista o tema de discussão será Formação Continuada da Mulher Economista: superando obstáculos e criando perspectivas para o desenvolvimento.

No encerramento do XXVII SINCE, na tarde de 4 de novembro, acontecerá o debate a aprovação da Carta de João Pessoa, documento que irá ressaltar a importância do Sistema Cofecon/Corecons e do profissional de economia no debate sobre o futuro do Brasil e reafirmar o papel do economista na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento percebida pela sociedade como inclusiva e legítima.

Resultados práticos

Os Conselhos Regionais de Economia levam algumas pautas para serem apreciadas durante o SINCE. Em outras edições do evento foram debatidas questões como modernização dos meios de pagamento das anuidades, grade curricular do curso de Ciências Econômicas, o Programa de Recuperação de Créditos e, mais recentemente, registro de mestres e doutores no Sistema Cofecon/Corecons - uma questão complexa, resolvida por meio da Resolução 2.113/2022, que foi originalmente aprovada durante o XXVI SINCE, realizado em Porto Velho. Essas deliberações passam pela plenária final do evento e são encaminhadas ao Cofecon, que dá o respectivo encaminhamento a cada uma delas.

Temas do SINCE

O tema central de cada edição do SINCE é escolhido com base nas análises de cenários econômicos e das necessidades do País como um todo. Ao longo do tempo, trataram de questões relevantes como justiça social, desigualdade, projeto de nação e desafios da economia. As mais recentes edições do evento tiveram os seguintes temas:

- “Desenvolvimento econômico com justiça social”, em 2010, Brasília/DF;
- “A relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil”, em 2012, Belo Horizonte/MG;
- “Por um projeto de nação: política econômica, pacto federativo e desenvolvimento regional”, em 2014, Goiânia/GO;
- “Desafios da economia brasileira”, em 2016, Natal/RN;
- “Crise dos estados, responsabilidade fiscal e retomada do crescimento econômico”, em 2018, Porto Velho/RO.

Gincana Nacional de Economia

Um evento que ocorrerá de forma paralela ao XXVII SINCE, em João Pessoa, será a etapa final da Gincana Nacional de Economia. O evento, que chega neste ano à sua 11ª edição, tem se consolidado entre alunos e instituições de ensino superior como uma ponte entre a vida acadêmica e a vida profissional, por trazer, de forma prática, ensinamentos da profissão.

Neste ano, a primeira fase da etapa regional aconteceu no dia 7 de agosto, consistindo em um jogo eletrônico de perguntas e respostas medindo conhecimentos sobre diversos assuntos econômicos; as duplas classificadas nas melhores posições tiveram que gravar um vídeo sobre a aplicação do liberalismo econômico no Brasil. A etapa nacional, a ser realizada nos dias 03 e 04 de novembro, também consistirá num jogo eletrônico simulando variáveis econômicas.

A Gincana é uma competição destinada aos estudantes de graduação em Ciências Econômicas e cursos conexos aprovados pelo Cofecon a fim de estimular a integração entre as instituições de ensino de Ciências Econômicas e seus alunos de economia; desenvolver e aplicar os conceitos econômicos, conciliando a prática com a teoria; possibilitar aos participantes uma simulação na administração restrita de variáveis macroeconômicas; e proporcionar envolvimento dos estudantes de economia com as atividades do Sistema Cofecon/Corecons.

perce o play aperte o play aperte o



Podcast Economistas

Ouçã agora os episódios
da nova temporada

Ouçã agora!

Aponte a câmara do seu celular para o código QR!



Disponível nos principais agregadores de podcast*

*Anchor, Breaker, Deezer, Google Podcasts, Apple Podcasts, Overcast, Pocket Casts, RadioPublic e Spotify

1

Resgatar a Função Social da Economia



A revolução digital está causando impactos tão profundos sobre a humanidade quanto em outra era causou a Revolução Industrial. O que chamamos de capitalismo tem as suas raízes na industrialização, que envolveu transformações nas técnicas e nas relações sociais de produção, com o trabalho assalariado e o lucro do capitalista, além de um marco jurídico centrado na propriedade privada dos meios de produção.

Com a revolução digital — que envolve uma expansão radical das tecnologias, bem como a generalização da economia imaterial, a conectividade global, o dinheiro virtual e o trabalho precário —, a própria base da sociedade capitalista se desloca.

Em particular, a apropriação do produto social por minorias ricas, porém improdutivas, já não exige geração de emprego e produção de bens e serviços na mesma escala; ela passa pela intermediação do dinheiro, do conhecimento, das comunicações e das informações privadas. Onde a fábrica imperava, hoje temos as plataformas em escala planetária, que exploram não só as pessoas — através do endividamento, por exemplo — mas também as próprias empresas

produtivas, por meio dos dividendos pagos a acionistas ausentes (absentee owners).

O estudo se concentra precisamente nas transformações ocorridas no modo de produção capitalista. A atividade industrial permanece, sem dúvida, como permaneceu a atividade agrícola diante da Revolução Industrial; mas o eixo de dominação e controle já não está nas mãos dos capitães da indústria, e sim nas de gigantes financeiros como BlackRock, de plataformas de comunicação como Alphabet (Google), de ferramentas de manipulação como Meta (Facebook), de intermediários comerciais como Amazon.

O mecanismo de apropriação do excedente social mudou e, com ele, a própria natureza do sistema. Estamos no meio de uma transformação profunda da sociedade, nas suas dimensões econômica, social, política e cultural, gerando uma crise civilizatória. Transitamos para outro modo de produção, e o estudo sistematiza os novos mecanismos presentes nesse cenário e propõe caminhos.

(Texto: dowbor.org)

Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro

Por que o Brasil voltou ao Mapa da Fome das Nações Unidas? Como uma potência agropecuária mantém parte significativa de sua população em insegurança alimentar? A pergunta encerra um paradoxo, mas não um mistério. Em 27 ensaios assinados por pesquisadores e ativistas, *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro* recorre ao legado do intelectual pernambucano para mostrar que, ao contrário do que prega o senso comum, essa terrível e persistente mazela não se combate apenas com produção de alimentos.

Organizado pelas pesquisadoras Ana Paula Bortoletto e Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social, o livro recupera e atualiza as análises de Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço, clássico do pensamento nacional publicado há 75 anos. Com uma profusão de dados e argumentos, e diversos pontos de vista, *Da fome à fome* demonstra a falácia que é atribuir o retorno da fome ao Brasil

à pandemia de covid-19 ou à recente guerra na Ucrânia. O problema radica no desmonte das políticas públicas intensificado a partir de 2016, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff.

Da fome à fome é resultado de seminário realizado em 2021 pela Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Entre os participantes do evento — e autores do livro — estão José Graziano da Silva, ex-presidente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e Carlos Monteiro, um dos maiores especialistas mundiais em nutrição e alimentação, além das pesquisadoras Tania Bacelar e Inês Rugani, dos economistas Ricardo Abramovay e Ladislau Dowbor, e ativistas de movimentos pela alimentação saudável, de lutas antirracistas, por moradia e direitos de comunidades.

(Texto: site da editora Elefante)



Progressividade tributária e crescimento econômico



A progressividade tributária é um dos princípios mais eloquentes de qualquer sistema tributário. É sabido, no entanto, que a tributação no Brasil é bastante injusta: tributam-se os mais pobres mais do que proporcionalmente aos mais ricos. A principal razão é que a tributação sobre o consumo é muito maior do que sobre a renda e o patrimônio.

A produtividade, por sua vez, é o principal motor do crescimento de longo prazo. Dessa forma, um bom sistema tributário é o que combina a justiça social com eficiência para promover crescimento econômico. Os autores desta coletânea trazem uma contribuição inédita sobre esse tema no Brasil ao conciliarem esses dois aspectos em busca de um sistema tributário mais harmonioso e propício ao desenvolvimento do país.

Os temas são todos muito atuais e presentes no debate público. Discutem-se as formas de tributação da distribuição de lucros e dividendos, as principais tendências para a tributação das empresas, como reduzir as renúncias tributárias e aperfeiçoar a dedução dos juros sobre capital próprio. Também consideram o papel da tributação sobre o patrimônio sugerindo reformas na tributação sobre a herança e analisando o papel do imposto sobre grandes fortunas. Todas essas discussões são conduzidas por avaliações de

impacto, experiência internacional e informações estatísticas que compõem um todo coerente que oferece alternativa para uma reforma da tributação direta.

(Texto: contracapa do livro)



1)Resgatar a função social da economia

Ladislau Dowbor

Editora Elefante

Páginas: 178

Dimensões: 13 x 18 cm

ISBN: 978-65-87235-97-4

2)Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro

Ana Paula Bortoletto e Tereza Campello

(organizadoras)

Editora Elefante

Páginas: 336

Dimensões: 13,5 x 21 cm

ISBN: 978-85-93115-72-1

3)Progressividade tributária e crescimento econômico

Manoel Pires (organizador)

Instituto Brasileiro de Economia - FGV IBRE

Páginas: 336

ISBN: 978-65-86289-24-4





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



**Economia
em debate**



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br